

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira

Setembro de 2015

Stefan Zweig
A fuga do Nazismo e a morte no Brasil

O centenário de Ruschi,
o pioneiro da ecologia brasileira

A travessia de Fernando Brant

Luiz Vilela,
um senhor contista

E MAIS:
Contos, história, poesia

14

SUMÁRIO

CAPA



Água da vida

Com sua origem remota em um engenho entre o Recôncavo baiano e a capitania de São Vicente, entre 1532 e 1548, a cachaça aportou em Minas no período colonial, acompanhando a migração em busca do ouro, e aqui encontrou terra fértil, seja no solo propriamente dito, seja no gosto dos mineiros.

Inicialmente um mero caldo de cana fermentado naturalmente ao relento e servido apenas aos escravos, sob o nome de 'cagaça', a bebida passou a ser destilada, e ganhou o nome de cachaça. Sua produção enfrentou proibições da Metrópole, que, convencida da impossibilidade de resistir ao desejo dos homens, passou a taxá-la com impostos. Relata a história que a arrecadação com a produção da cachaça no Brasil foi essencial na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, e na manutenção de faculdades portuguesas, por meio da criação de um imposto específico, o 'literário'.

Depois de enfrentar forte preconceito por décadas, tida como bebida menos nobre, se comparada com suas congêneres estrangeiras, todas obtidas por processos similares e com teor alcoólico às vezes até maior – como o uísque, a grapa, o kirsch, a bagaceira, a vodka ou o saké –, a cachaça gradativamente foi sendo assimilada, até conquistar, em 2007, o título de Patrimônio Cultural de Minas Gerais (Lei 16.688 / 2007), desde que fabricada em alambique, pelo método tradicional. Hoje, a cachaça mineira, sem dúvida a melhor do Brasil, já circula e é apreciada nos grandes salões, sem constrangimentos.

Em nossas capas, o alambique de cobre e os tonéis para envelhecimento da 'marvada'.



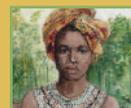
Fotos: Sérgio Falci

HISTÓRIA

A Themis Negra no Quilombo do Rei Ambrósio

J. Afrânio Vilela

04



FICÇÃO

Um poema para Bárbara

Mônica Sifuentes

12



ENSAIO

Tomás Antônio Gonzaga:

poeta, inconfidente e magistrado

Rogério Medeiros Garcia de Lima

16



CONVIDADO ESPECIAL

Luiz Vilela, o mestre do diálogo

24



Você verá

Luiz Vilela

27



POESIA

Liberdade da feira

Renato César Jardim

29



Senectude

José Amâncio de Sousa Filho

30



Anjo Satã

Bruno Terra Dias

31



O milagre

Lewellyn Davies A. Medina

32



POESIA

Eu e ela, na praia, olhando o mar

Imortalidade

João Quintino Silva

34



Liberdade perdida

Walter Luiz de Melo

35



ARTIGO

Adeus, Fernando Brant

Aldina Soares

36

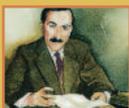


LITERATURA

Stefan Zweig, o austríaco que adotou o Brasil ao fugir do nazismo

Gutemberg da Mota e Silva

40



MEIO AMBIENTE

Augusto Ruschi

O centenário do pioneiro da ecologia brasileira

Luiz Carlos Biasutti

48



EDITORIAL

Um brinde ao talento

Os horrores do Nazismo levaram milhões à morte, mas exilaram no Brasil um dos mais talentosos escritores do século XX; os desmandos da Metrópole portuguesa deportaram os inconfidentes para o degredo na África, mas não impediram que eles produzissem aqui poesia de alta qualidade.

Stefan Zweig, Tomás Gonzaga e Bárbara Eliodora, a musa de Alvarenga Peixoto, são temas centrais de alguns dos textos desta edição. Ao lado desses exemplos das [aparentes] contradições da história, outros temas e textos altamente relevantes mais uma vez transbordam o talento de nossos magistrados.

O centenário do pai da ecologia brasileira, o reinado de Ambrósio no quilombo do Campo Grande, no oeste de Minas, e a passagem para outra vida do menino da 'Travessia' completam a temática de ricos artigos e ensaios, ao lado de sensíveis poemas e contos.

Como se vê, não poderiam ter sido mais felizes os autores e editores da *MagisCultura* na seleção do conteúdo da edição comemorativa dos 60 anos da Amagis e que é a última que tenho o prazer de apresentar aos leitores, neste triênio em que estou à frente da entidade.

Não por acaso, feliz também foi a escolha do tema de capa, que consagra a mineiríssima cachça, já reconhecida oficialmente como patrimônio cultural dos mineiros. Tratada durante longos anos com desprezo, em detrimento de aguardentes estrangeiras e chiques, embora tão fortes ou mais que ela, a nossa pinga frequente hoje com naturalidade os altos salões.

Um brinde, pois, ao talento literário dos colegas juizes e desembargadores, que fazem de *MagisCultura* mais um pilar da fortaleza que é a cultura de Minas.

Herbert Carneiro
Presidente

MagisCultura

Mineira

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

Amagis - Diretoria Triênio 2013-2015

Presidente: Desembargador Herbert Carneiro

Vice-presidente Administrativa: Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde: Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente do Interior: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Desembargador Tiago Pinto

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Diretor-secretário: Juiz Morvan Rabêlo de Rezende

Subdiretora-secretária: Juíza Maria das Graças Rocha Santos

Diretoras de Comunicação: Juízas Aldina de Carvalho Soares e Rosimere das Graças do Couto

Diretora do Centro de Estudos da Magistratura: Desembargadora Jane Ribeiro Silva

Vice-diretor do Centro de Estudos da Magistratura: Juiz Luiz Guilherme Marques

Diretores Culturais: Desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes,

Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro e Juiz Mauro Simonassi

Conselho Deliberativo: Juiz José Aluísio Neves da Silva (Presidente), José Roberto Sterse (Vice-presidente) e Juiz Antônio Carlos Parreira (Secretário)

Assessores Especiais da Presidência: Desembargadores Tiago Pinto, Nelson Missias de Moraes, Reynaldo Ximenes Carneiro, Doorgal Gustavo Borges de Andrada e Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina, Juiz Lailson Braga Baeta Neves, Juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva e Juiz Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

Conselho Editorial: Juiz Maurício Torres Soares (presidente), Desembargador Célio César Paduani, Juiz Daniel César Botto Collaço, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juiz Renato César Jardim, Juíza Aldina de Carvalho Soares, Jornalista e escritor Carlos Herculano

Diretor da Revista: Juiz Renato César Jardim

Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)

Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel G. Magalhães (www.communicatio.com.br)

Ilustrações: Sandra Bianchi

Impressão: Rona Editora

Tiragem: 4.500 exemplares

Envio de textos para publicação: leia normas na terceira capa



A Themis Negra no Quilombo do Rei Ambrósio

J. Afrânio Vilela
Desembargador do TJMG

Nas cabeceiras do Rio da Misericórdia que corta o sertão oeste de Minas Gerais, nas proximidades do Morro da Espia, a traição motivou uma grande batalha, com heroica resistência de quilombolas e milhares de mortes. O traidor tornou-se réu. O julgamento obedeceu aos rituais e às leis africanas, que prevaleceram em terras brasileiras, no Quilombo do Rei Ambrósio.

Transcorria a segunda metade do século XVIII. A metrópole, Portugal, aumentava e cobrava desenfreadamente os impostos. Nas regiões auríferas, com a derrama, foi gerado o maior movimento libertário deste País, capitaneado por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e por pessoas gradas da sociedade. As pessoas comuns, pobres, escravos forros e índios civilizados migraram para as regiões dos sertões, buscando novas lavras de ouro e de riquezas, distanciando-se do processo posto pela Coroa para a capitação, nova forma de coleta de tributo por todos devido.

Tempo em que remanesciam os quilombolas sobreviventes dos grandes massacres do Quilombo do Campo Grande. Foi histórico movimento de resistência dos negros escravizados que conseguiram fugir ou tiveram sua alforria, e que deram formação ao grande conjunto de povoados, mais de 40 naquela região, e que depois de muitas escaramuças reunir-se-iam sob as ordens de Ambrósio, um negro, filho de rei africano, cuja história é permeada de exemplo de dignidade e de altivez. Escravizado, traficado para o Brasil e posto à venda no mercado de pessoas negras, no Valongo, Rio de Janeiro. Jesuítas o compraram.

Tempo de guerras esquecidas

A partir de 1743, o movimento escravagista era substancial e diversificado, tendo como objeto homens e mulheres, negros, vindos especialmente do continente africano. Era época de decadência aurífera e de grande necessidade de cobrança de impostos para a sobrevivência da Corte. E uma coisa era certa: aqueles que migraram e formaram o grande movimento negro de resistência não pagavam impostos. O governador Gomes Freire tinha obrigação de arrecadar tributos para Portugal e começou a demonizar aqueles povos justificando a futura investida militar visando aniquilá-los. Époque em que eram distribuídas sesmarias aos homens que possuíam riqueza e condições de ajudar a Corte a buscar recursos tributários. A conquista daquela vasta região era, então, muito necessária.

A abrangência do Quilombo que é o tema central deste escrito já não guardava pertinência com a extensão do “*Campo Grande*”. Este tivera início aos “*pés da serra da boa esperança*” e rumava em direção a Goiás, passando por “*Cristaes*”, e norteava

pelo Sertão da “*Farinha Podre*”, como era conhecida a região que veio a ser o Alto Paranaíba e o Triângulo Mineiro, e continuava margeando o Paranaíba, na chamada rota salineira.

Conta a história que desde a primeira povoação, denominada de *Quilombo do Campo Grande*, ou apenas *Campo Grande*, nessa mesma época, diversas expedições foram montadas pela Coroa Portuguesa, partindo da Câmara de São João del-Rei, cujo objetivo era dizimar os negros fugidos e agregados que se insurgiram contra seus senhores e praticavam ataques às caravanas que passavam pelo conhecido “*Caminho de Goiás*” ou “*Picada de Goiás*”. A partir do município de Resende Costa, último a integrar os limites da então “*Comarca do Rio das Mortes*”. Dali para diante era o “*Campo Grande*”.

Bartolomeu Bueno do Prado comandou diversas batalhas que foram empurrando os quilombolas, índios e outros moradores da maior confederação de quilombos registrada na história. Houve carnificina em mais de 27 vilas. Guerra e sofrimento durante vários anos.

Nessa agigantada faixa de terras, que margeava a esquerda do São Francisco, em direção a Goiás, o imaginário popular modificava, aumentava e criava os fatos. O governo noticiava condutas criminosas e violentas, muitas jamais documentadas, a não ser em cartas oficiais dirigidas a El-Rei de Portugal, a justificar o prêmio pelas “*cabeças*”, ou melhor, orelhas, desses negros e instigando a figura dos capitães-do-mato.

A capitação dos impostos era objeto de reclamação dos “*homens bons*” que compunham as câmaras municipais naquele período. O povo não possuía recursos para quitar os impostos. Ricos ou pobres tinham a casa adentrada pelos capitães-do-mato para a cobrança dos impostos, semestralmente, pela força das armas; e a riqueza da Capitania das Minas Gerais era levada para a Corte, além-mar. Os negros resistiram. Na grande Confederação de Quilombos os negros não se dobraram. Eram homens e mulheres acostumados à vida dura da escravidão, e que vendiam caro, à custa de muita luta, essa condição de liberdade. Antes de escravos, guardavam em si o orgulho de pertencer a tribos importantes do continente africano.

Essas guerras, e a forma da conquista do território mineiro, pouco estudadas e quase nada comentadas pela história nacional, podem ser equiparadas a grandes epopeias mundiais, principalmente a da América do Norte, na conquista de seu território oeste bravo.

Jesuítas: protetores e perseguidos

Nessas terras mineiras, o primeiro embate ocorrera em 1741 e, até 1746, mais de 3.500 homens, mulheres e crianças negros desapareceram, presumindo-se mortas. Em 1748 foi

“O ‘Rei’ Ambrósio era respeitado pelos demais moradores, quer fossem quilombolas ou índios. Forros ou fugidos. E mais, era adorado! Todos, especialmente os africanos, mesmo longe da pátria-mãe, a África, tratavam Ambrósio e Cândida com homenagens próprias reservadas ao rei e à rainha.”

extinta a Capitania de São Paulo, que passou a ser distrito da Capitania do Rio de Janeiro. O governador Gomes Freire anexou o atual sudoeste de São Paulo, dando àquela população o mesmo tratamento de violência na arrecadação de impostos para a Coroa Portuguesa, afirmando-os e equiparando-os a quilombolas. Com a morte de D. João V, seu sucessor, Dom José I, acolheu petição do Marquês do Pombal e extinguiu o imposto, sabedor que este levaria, segundo suas palavras, à perda não apenas da Capitania das Minas Gerais, mas de toda a Colônia. Este movimento, que teve participação ativa de povo residente na grande área do “*Campo Grande*”, foi precursor de nossa liberdade. É certo!

Corria o longínquo ano de 1759. Diversos Quilombos em Minas Gerais dentro do “*Campo Grande*” haviam sido extintos e seus moradores executados. Concomitantemente, a perseguição aos religiosos jesuítas era implacável em função do decreto de expulsão e de confisco de bens assinado em Lisboa pelo Marquês de Pombal, para valer em Portugal e em suas colônias. Esses catequizadores saíram das regiões desenvolvidas de Minas Gerais, tais como Vila Rica, Sabará, São João del-Rei e outras. E vieram acompanhados de índios servís e escravos. Os jesuítas reconheciam no escravo um ajudante, um apoiador em sua missão de catequizar. Não mero escravo! Por isso, ao educá-los, aproveitavam os característicos de cada um. Especializavam-no. Também saíram da cidade do Rio de Janeiro e deslocaram em direção ao Triângulo Mineiro, então pertencente a Goiás, e que apenas retornou às Minas Gerais por força e obra de Dona Beja, do Araxá. Esta é outra história.

Naquele êxodo, os escravos e os índios lutaram valentemente contra as tropas do governo e protegeram os religiosos em sua saga. Depois de meses de marcha, margearam a esquerda do São Francisco, seguiram pela região do Espigão Mestre, atravessaram a Serra da Mata da Corda e se detiveram nas cabeceiras de um grande rio. Era sertão a perder de vista!

Mais de duas mil almas. Uma diáspora. O Negro Ambrósio nessa época já houvera sido alforriado, como recompensa pelo serviço prestado e pela confiança que lhe era depositada. Recebeu ordens de escolher 200 homens, dentre aqueles que defenderam os jesuítas, para que ali fundasse uma fortificação, um novo Quilombo. Assim se fez. Os jesuítas continuaram sua marcha em direção a Goiás e Mato Grosso, até chegarem à Aldeia de Sant’Anna, muitas léguas depois do local destinado a Ambrósio e seus comandados.

Príncipe na África, Rei no Brasil

Ambrósio era um príncipe em terras africanas. Fora reconhecido pelos jesuítas como homem purificado e bom. Servil para a causa religiosa. Fora comprado juntamente com Cândida, sua companheira até a morte. Pelo porte e pelo vigor físico, mas, principalmente pelos valores que cultivava e transmitia. Viveu, foi ensinado e, principalmente, educado pelos jesuítas. Destacou-se dos demais também por ser descendente de família real. Era leal. Logo, tornou-se forro. E foi nessa condição que acompanhou a fuga dos jesuítas; defendeu-os até sua chegada a Sant’Anna. Sua companheira, Cândida, havia sido educada na forma do razoável para a mulher negra à época, e coadjuvou o marido na missão sagrada de fixar, construir, administrar e, principalmente, liderar aquela nova povoação, futuramente conhecida como o “*Quilombo do Ambrósio*”. Nessa

empreitada, tinham como imediatos os negros Wrumeia e Hyunhguera.

Naquela sociedade imperavam a lei e a hierarquia. O “Rei” Ambrósio era respeitado pelos demais moradores, quer fossem quilombolas ou índios. Forros ou fugidos. E mais, era adorado! Todos, especialmente os africanos, mesmo longe da pátria-mãe, a África, tratavam Ambrósio e Cândida com homenagens próprias reservadas ao rei e à rainha. Era homem firme, sério e implacável na aplicação da lei, em busca da ordem. Era admirado porque era justo. O Quilombo era uma organização social. Situações mais sérias eram deliberadas mediante conselhos auferidos por Ambrósio aos jesuítas da Aldeia de Sant’Anna.

Uma sociedade modelar

Cada quilombola tinha sua função: guarda, caça, escambo, criação de animais; e, ainda, aqueles que cuidavam do engenho; da fabricação dos alimentos e os agricultores. A religião era a católica e o casamento, obrigatório. Antes do trabalho, a devoção. Todos rezavam ao raiar do dia, depois do chamado dos sinos. E o Quilombo cresceu. E muito! Chegou à população de quase vários milhares de habitantes. Possuía duas igrejas, a residência do Rei, chamada de palácio, uma cadeia, o engenho. Ao redor, foram se erguendo habitações, com praças e ruas, no encontro de dois córregos, em um descampado, com água em abundância. No centro a fortaleza rodeada por um valo com quase uma légua de circunferência, largo e profundo, protegido por pontiagudas estacas de aroeira do sertão. Uma verdadeira muralha. Um só portão, com ponte levadiça. Junto, situava-se a primeira igreja. Dali seguia a rua principal, até o Largo, onde ficava a residência de Ambrósio, circundada por outro fosso de defesa. Menor, mas igualmente fortificado. Apesar da estrutura e das regras religiosas, algumas das tradições da “mãe-África” eram respeitadas.

No Quilombo, o trabalho visava o bem geral da sociedade. Tesouros e bens importantes ficavam guardados em locais apropriados, próximos do Rei Ambrósio e apenas dele conhecidos. O Rei e a Rainha e os mais importantes na hierarquia se vestiam com roupas finíssimas; para os comuns, os tecidos eram fiados ali mesmo, do algodão que cultivavam ou da lã dos carneiros que criavam.

A paz reinou durante muitos anos. E o império cresceu, chegou ao seu apogeu. A fama “correu mundo”.

A traição urdida na mentira

O padre jesuíta de nome Caturra, um espanhol, antigo senhor de Ambrósio e que morava na Aldeia de Sant’Anna, vendo a prosperidade do Quilombo e imaginando as riquezas, juntamente com Custódio Coelho Duarte, lá foi morar. Ambrósio comprou-lhes os escravos e pagou com dinheiro e pedras preciosas; e deu-lhes a liberdade, na forma daquela comunidade.

Apesar da perseguição aos jesuítas, Caturra, disfarçado de padre regular, voltou ao Rio de Janeiro, partiu para a África com o objetivo de adquirir escravos. No retorno, seu navio foi atacado por piratas. Escravizado, foi levado para a Argélia. Libertado anos depois, voltou a Portugal. Depois, retornou ao Brasil e tornou-se soldado raso em Vila Rica. Seu destino estava atrelado ao de

“No Quilombo,
o trabalho visava
o bem geral da
sociedade. Tesouros
e bens importantes
ficavam guardados
em locais
apropriados,
próximos do Rei
Ambrósio e apenas
dele conhecidos.”

“Na lei ambrosiana todo homem devia ter sua companheira, sua esposa. Medida que evitava litígios naquela comunidade em que o casamento era obrigatório. As jovens eram prometidas muito cedo aos futuros maridos.”

Ambrósio. Como também foi o caso de outro personagem da história: o negro Rebolo. Naquele tempo, Vila Rica era o mais importante polo comercial. Ambrósio mandava buscar as provisões que o Quilombo não produzia. Seus comandados recebiam ordens severas de bem proceder, pois ninguém podia saber a localidade do Quilombo. Contudo, certa feita, desrespeitaram gravemente a lei ambrosiana, e o fato marcaria a história daquele movimento de resistência negra, simbolizado pelo Morro da Espia, naquelas cabeceiras altas, Ibiá, no linguajar dos Araxás que habitavam aquele planalto.

Pois bem! Na lei ambrosiana todo homem devia ter sua companheira, sua esposa. Medida que evitava litígios naquela comunidade em que o casamento era obrigatório. As jovens eram prometidas muito cedo aos futuros maridos. Numa dessas idas a Vila Rica súditos do Rei Ambrósio compraram o escravo Rebolo. Negro descrito como de bom porte, altivo e que, sem companheira, importunou duas mulheres, uma casada e a outra solteira, sendo esta à força. E feriu gravemente o pai desta jovem quando ele a socorria. O caso foi posto sob julgamento. O Rei Ambrósio fez aplicada a lei local. O condenado foi castigado com chibatadas pelo crime cometido e colocado a ferros, recebendo sentença verbal de banimento no oitavo dia.

Rebolo foi preso na cadeia do Quilombo. Mostrou-se arrependido. Pediu perdão e jurou obedecer à lei dali para frente. Solto, não foi banido. Passou a trabalhar com afinco. Caçava usando de suas habilidades com arco e flecha. O Rei Ambrósio era justo e concedeu-lhe nova chance. Numa noite de festividade religiosa, Rebolo ultrapassou as muralhas de madeira, fugiu na escuridão em direção a Vila Rica. Sua ausência foi notada no dia seguinte. Procurado sob ordens de morte. Rebolo não havia se arrependido. Mentira ao Rei para ser perdoado. Assim, ainda ressentido do castigo e com ódio no coração, procurou as autoridades do Governo e denunciou a localização do Quilombo do Ambrósio.

Resistência e massacre

Força pública foi arregimentada, uma vez mais, como na década passada, agora para combater o quilombola Ambrósio, denunciado pelo traidor Rebolo, que anunciou as riquezas do quilombo.

Caturra, ex-jesuíta, ex-padre regular, dono de escravos, sabedor da incursão contra o Quilombo de Ambrósio, agora era soldado raso. Tentou infrutiferamente avisar o Rei, seu ex-escravo, e amigo. Tinha ciência da movimentação das tropas. Porém, não conseguiu! Viu-se participante da expedição de mais de três mil homens.

Avisado pelas sentinelas do Morro da Espia a tempo de fugir, Ambrósio resolveu ouvir seu povo, como todo Rei soberano faria para legitimar a decisão. O povo de Ambrósio escolheu ficar e lutar, a ter que se submeter a novo período de escravidão.

O traidor Rebolo fez completa traição! Indicou o local dos guardas. Tanto daqueles que ficam dentro dos buracos e apenas com a cabeça para fora, espiando no alto do Morro, quanto os que guardavam as muralhas de madeira. Foram eles mortos silenciosamente por flechas certeiras, disparadas por Rebolo e pelos índios da expedição, à noite. O sol começava a surgir.

Como era costumeiro, os moradores começavam seus afazeres, inicialmente rezando e fazendo seus cultos. Traíçoeiramente, as tropas do governo adentraram as paliçadas e desencadearam feroz ataque. Guerreiros desarmados, crianças, mulheres e velhos foram atingidos pelos tiros. Golpes de facão, baioneta e grandes estrondos de granadas levaram os habitantes ao desespero e à desorganização. Várias horas de luta. Gritos angustiantes e pedidos de socorro; de clemência para os impossibilitados de lutar. Misericórdia! Misericórdia! Os indefesos pediam. Ambrósio e seus comandados usaram armas de fogo, mas a munição acabou. A desigual luta continuou por quase doze horas. Arcos e flechas contra a fuzilaria. O povo de Ambrósio sucumbia! O mais perfeito movimento de resistência africana dentro do Brasil colonial e modelo de organização social era desmantelado. Os remanescentes permaneceriam como prova para a história.

A lei ambrosiana mandava fosse feito o sacrifício coletivo para não ser o povo escravizado. Era a liberdade pela morte, pois seria indigna a vida na escravidão. O Palácio do Rei, último reduto, era conquistado. Ambrósio e seus conselheiros concluíram pela iminente derrota e seus comandados deram início ao cumprimento da lei e começaram a degolar os súditos que se apresentavam voluntariamente para o sacrifício. O Rei Ambrósio e a Rainha Cândida vestiram suas melhores roupas. Ele usava tecidos importados, com camisa de linho e casaca com galões dourados e botões de ouro, calças com listras vermelhas nas laterais, chapéu denominado de Braga, com bambolins, botas de cano alto, pretas, justas e de bico fino. Esporas de prata, uma espada na cintura, duas pistolas, um punhal e uma espingarda inglesa, de dois canos, bordados a ouro e prata. Ela, com as roupas coloridas e os adereços especiais que as mulheres negras importantes mereciam usar. Como Rei e Rainha, assistiam impassíveis ao cumprimento da lei!

A matança do próprio povo para evitar nova escravidão foi interrompida pela chegada da Força do Governo, comandada por Bartolomeu Bueno do Prado. O comandante se deparou com aquela figura emblemática do Rei. Ambrósio postou-se com a altivez que sua figura real exigia, especialmente perante seus súditos e comandados. Majestosamente e com o orgulho de quem sabia governar, olhou profundamente o inimigo nos olhos. O representante do Governo disse: “– *Vosmecê é o cacique?*”. Respondeu Ambrósio: “– *Cacique é chefe de índios. Não sou índio. Sou um Zambi, um Rei na África. O Rei deste povo livre, que vosmecê matou.*” O Comandante ofertou-lhe a rendição pacífica e incondicional, ou a degola, naquele momento. De Ambrósio recebeu a resposta: “– *Prefiro morrer. Vou morrer. Antes e ainda proponho a Vossa Mercê: a vida e a liberdade de meus súditos em troca de grande quantidade de riqueza aqui escondida.*” O comandante não aceitou. Acreditava que encontraria facilmente o tesouro. Ao carrasco deu ordem de execução. Um alfanje curto, largo e pesado, próprio para o ato extremo, foi utilizado, sem maiores cerimônias, para primeiro degolar Ambrósio. Cândida aguardou sua vez, impassível, sem chorar, apenas olhando para seu Rei, seu amado de tantas décadas, até que a cabeça rolou. Assim ocorreu com quase todos os súditos ali reunidos. Novos gritos de misericórdia retumbaram naqueles morros. Com os últimos lampejos do sol poente, o Reino de Ambrósio chegava ao fim e tingia de vermelho as águas do rio que passava próximo.

“O povo de Ambrósio sucumbia! O mais perfeito movimento de resistência africana dentro do Brasil colonial e modelo de organização social era desmantelado. Os remanescentes permaneceriam como prova para a história.”

Justiça à moda africana

Dois importantes súditos a tudo assistiram. Impassíveis, como se frustrados por não terem o destino glorioso de seus Reis. Lágrimas finas rolaram pelas faces de Cabinda, nome que lhe vinculava à origem em Angola, na África, e de Catharina, sua mulher, também africana. Tiveram a vida poupada e interrogados não souberam dizer sobre o local da guarda do tesouro. Todos os sobreviventes, unanimemente, asseveraram que apenas o Rei sabia o local, fora do Quilombo. As tropas procuraram em vão!

Quem foi rei, justo e bom, não perde a majestade, muito menos a devoção de seus fiéis súditos, mesmo depois da morte. Cabinda e Catharina foram comprados por Ambrósio. Eram de sua confiança e por isso foram pelo Rei alforriados. Tornaram-se súditos agradecidos. Diante daquela iniquidade contra sua realeza eram eles orgulhosos negros africanos desejosos por vingança. Nada mais importava. Combinaram: marido e mulher, que mentiriam saber conduzir um capitão até o local. Catharina era uma negra muito bonita, sempre bem vestida e ornamentada. Fazia parte da preparação da vingança mostrar-se interessada em Rebolo, o traidor e o responsável pela destruição do Quilombo e do Povo, que se vangloriava diante da matança. Sedutoramente, marcou encontro com ele em um local ermo. O Capitão da Tropa, Feliciano, teve ciência por parte de Cabinda, que exigia silêncio como condição para indicar-lhe o local exato do tesouro. O Capitão, ganancioso, por isso silenciou-se. Diversos remanescentes quilombolas foram comunicados sobre o destino de Rebolo. O capitão foi amarrado, amordaçado e deixado próximo à Vila. Ele não viu o outro militar que a tudo assistia: o soldado Caturra.

No meio da mata, aonde Rebolo esperava o encontro amoroso, dezenas de quilombolas o dominaram. O silêncio era sepulcral. Apenas o vento e os sons noturnos serviam solenemente de toque da sineta que prenunciava o importante julgamento. O Fórum era a mata, suas árvores e riachos que abraçaram Ambrósio em vida; os jurados estavam escolhidos: todos os súditos remanescentes e presentes; as vítimas: o Rei, a Rainha e milhares de pessoas. O réu: Pedro Rebolo. O crime: traição. Hediondo e cruel. Ignóbil! Foi desnecessário o ato formal do pregão, que é o anúncio do caso posto em julgamento. Dispensou-se acusação verbal e defesa. Os fatos dispensavam prova, porque eram verdade sabida pelos jurados que viveram o terror da matança. Catharina caminhou por entre as árvores de onde impassivelmente a tudo assistia. Vestia branco. Estava adornada segundo a tradição do povo Bantu, de origem no Congo, África. Como se estivesse em sua terra natal utilizava a fita vermelha a tiracolo, o lenço na cabeça e os calçados. A autoridade lhe foi reconhecida pelos modos, pelo andar. O olhar do Conselho de Sentença complementado com o sinal afirmativo da cabeça equivalia a um acórdão final e irrecorrível de um Tribunal de Justiça: condenação à pena devida, a capital. Caminhou em direção ao condenado Rebolo. Naquele momento Catharina possuía o poder do Rei Ambrósio e julgaria como ele; e, como juíza, disse as palavras apropriadas para o momento solene no dialeto de origem. Cerimoniosamente, retirou da cintura a machadinha e a entregou ao negro Cabinda, que receberia a honra de ser o verdugo. A frágil e submissa, então sedutora, na formalidade tribal de um julgamento, vestiu-se e procedeu como senhora da justiça e comandou o ritual. Não era mais a simples quilombola, negra e ex-escrava, nem a mulher

“O silêncio era sepulcral. Apenas o vento e os sons noturnos serviam solenemente de toque da sineta que prenunciava o importante julgamento.”

ultrajada por Rebolo. Ela era a Themis Negra da justiça africana em terras mineiras, com olhos vendados e a espada na mão a julgar o maior traidor que aquelas cabeceiras já abrigaram. O costume tribal se manteve: Rebolo teve os pés cortados, para não mais caminhar; as mãos cortadas, para não sinalizar; a língua arrancada, para não mais denunciar; as pálpebras cortadas, para que os olhos sempre estejam abertos, neste e no outro mundo, e contemplar o mal que fez.

Assim era a cada membro do corpo que caía pelo golpe do machado. Antes do término da execução, Catharina despiu-se das vestes de juíza, travestiu-se, então, em Deusa de vingança. Dançando e cantando, aproximou-se do rosto de Rebolo e repetiu nos últimos instantes de sua consciência:

– *Eu sou Ambrósio; eu sou Cândida; eu sou Wrumeia; eu sou Hynnhanguera. Eu sou o povo todo que o acolheste e que mataste pela traição!*

A um sinal de sua mão, a cabeça rolou

Ainda na escuridão da noite, canoas escondidas foram silenciosamente postas nas águas. Catharina acenou para Caturra. Depois apontou uma gruta no ponto alto do Morro, bem protegido. Caturra sorriu. E as águas correram em direção ao “quebra-anzol”, e depois rumaram para o Paranaíba, levando o restante daquele orgulhoso povo. Tempos depois, muitos quilômetros à frente, na “picada de Goiás”, outro Quilombo era edificado. Muitos dele ouviriam contar, até mesmo na Espanha, pela boca do, agora, rico comerciante Caturra. Como muitos ouviram antes sobre aqueles outros quilombos precedentes ao do Rei Ambrósio.

O Quilombo do Ambrósio continuou historicamente edificado na memória do povo e seus remanescentes e pertences servindo de prova de sua existência, mostrando a importância do movimento de resistência dos negros quilombolas que preferiram a morte à escravidão, como futuramente todos os brasileiros prefeririam o brado da liberdade à margem do Ipiranga ao jugo da Metrópole. Em 1769, alcançando aquele local, Ignacio Pamplona, numa alusão aos pedidos de clemência que milhares de súditos de Ambrósio lançaram uma década antes, batizou: “este é o “*Rio da Misericórdia*.”

“O Quilombo do Ambrósio continuou historicamente edificado na memória do povo e seus remanescentes e pertences servindo de prova de sua existência.”

Conto inspirado no “*O Mundo das Feras: Os Moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais - Século XVIII*” e citações - Marcia Amantino, ed. Annablume, 2008.



Um poema para Bárbara

Mônica Sifuentes
Desembargadora do TRF-1

Prólogo*
São João del-Rei, junho de 1789

*Não posso mover meus passos,
por esse atroz labirinto
de esquecimento e cegueira
em que amores e ódios vão:
– pois sinto bater os sinos,
percebo o roçar das rezas,
vejo o arrepio da morte,
à voz da condenação*

“Romanceiro da Inconfidência”, Cecília Meireles

Os sinos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar tocaram lentamente doze badaladas. Anúncio um tanto fúnebre para aquela cidade onde os sinos, desde sempre, tinham uma linguagem peculiar. Um código secreto. As batidas revelavam mensagens somente decifráveis aos seus mais atentos moradores. Indicavam que era tempo de recolhimento e silêncio.

O sol castigava as ruas calçadas de pedras miúdas e arredondadas, formando desenhos diagonais próprios para facilitar o escoamento da água da chuva. Chuva que, na verdade, não tinha vindo em março, quando a vila de São João del-Rei era alagada com a esperada enchente de São José. O ar abafado e quente tornava a atmosfera pesada. Nenhuma viva alma, fosse pelo calor, fosse pelo dobrar dos sinos, ousava caminhar por aquelas ruelas. Os negros escravos que tinham ido aos chafarizes buscar água para o banho dos seus senhores procuravam, com dificuldade, alguma sombra ao lado dos casarões. Mesmo os pequenos manacás da serra, com suas últimas floradas, pareciam imobilizados pelo calor modorrento, incomum naquele final de junho.

As pessoas estavam dentro das suas casas, com medo. Todos tinham ouvido falar de uma conjura, uma rebelião contra a metrópole, mas poucos sabiam, ao certo, do que se tratava. Somente se teve certeza da seriedade dos fatos quando uma das pessoas mais importantes da região, o coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, foi aprisionado e levado algemado para o Rio de Janeiro pelos Dragões, a Guarda Real. Outras prisões se consumaram por toda a capitania das Minas Gerais, segundo se soube. O alferes Joaquim José da Silva Xavier foi o primeiro a ser preso, no Rio de Janeiro. Os rumores eram de que a fúria de Sua Majestade, a rainha Maria I, de Portugal, não tinha limites. A ordem era prender todo aquele que estivesse envolvido com o movimento, confiscar os seus bens e declarar como infames as suas famílias. Todos eram suspeitos. Ninguém deveria ser perdoado. O crime era de Lesa Majestade e significava alta traição à Coroa. A pena capital era a forca.

Da balastrada do segundo andar do imponente casarão de amplas janelas com venezianas azuis, uma mulher jovem, de porte altivo e sedutora beleza, tinha os olhos vermelhos de chorar, marejados de lágrimas, fixos em um ponto qualquer no horizonte. Ainda não havia se recuperado do susto e do pavor da tarde de 24 de maio de 1789.

– *Meu Deus! Foi tudo tão rápido!* – murmurava para si mesma. – *Aquele maldito tenente Antônio José Dias Coelho! Quando ele entrou abruptamente por aquela porta, trazendo Inácio algemado, achei que iria morrer. Nem tive tempo de chamar o meu pai para ajudar. Não nos deixaram sequer fazer os preparativos decentes para a viagem, que seria longa, à distante capital do Vice-Reinado, o Rio de Janeiro.*

Ela inspirou longamente, tentando se acalmar. Ver o marido assim, humilhado, posto em ferros e levado como um escravo fugido por aqueles soldados brutos e arrogantes foi o pior momento da sua vida. Jamais se esqueceria daquela cena, enquanto vivesse. Ela ficaria marcada na sua mente, na sua alma. Só de pensar, sentia uma dor no peito, como se fosse estourar por dentro. Mal se despediram. Não houve tempo para um momento a sós. Nem mesmo os filhos ele pode abraçar.

Foi até melhor, pensou Bárbara. Emotivo como era o marido, teria chorado ao se despedir das crianças. Lembrava-se dos seus olhos ardentes e úmidos, enquanto lhe fazia a promessa de que tudo seria resolvido, de que ele iria ao Rio de Janeiro tão somente para prestar esclarecimentos e voltaria rápido. Tinha amigos lá. Não havia o que temer. *Ah, Inácio, tu sempre me dizias que eu tinha o poder de ler os teus pensamentos! Que infelicidade a minha ter sido capaz de enxergar o medo no fundo dos teus olhos, oculto pela placidez do teu rosto e pela firmeza dos teus gestos!*

Bárbara agarrou com força a cortina e, num gemido alto, quase um urro, gritou:

– *Não, não pode ser verdade! Já se passou um mês! Nenhuma carta, nenhuma notícia... Meu Deus! E os amigos?*

Ela se perguntava onde estariam o Dr. Cláudio Manoel, o primo Tomás, a gente de Vila Rica. Teriam sido eles todos presos? Como fazer agora com os filhos pequenos para criar, com os bens que seriam em breve fatalmente confiscados, a declaração de infâmia, o desprezo dos vizinhos, a vergonha de sair à rua? Logo ela, D. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, descendente das mais respeitáveis famílias das capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo? Ela que tinha entre os seus ascendentes os destemidos bandeirantes paulistas, que desbravaram aquela terra para que se achasse o precioso metal que agora garantia a subsistência de Sua Majestade. Não levaria a soberana em conta o fato de que seu antepassado, o aclamado paulista Amador Bueno, havia se recusado a levantar armas contra o antigo rei, quando quiseram lhe entregar o governo da capitania? Não teria a sua família um crédito de gratidão perante a Coroa para salvar

“Tudo nele, todas as atitudes que tomava, eram sempre assim; impetuoso, achava que podia tudo. Mas ela o amava e, por ele, teria ido ao fim do mundo.”

seu marido, preso injustamente, e que se encontrava na certa apodrecendo em uma daquelas celas fétidas do presídio da ilha das Cobras? E pensar que Inácio chegou a oferecer uma ode a essa rainha fraca e demente... Pelo menos se lá estivesse o Marquês de Pombal, que a louca teve o despropósito de dispensar do seu Real Serviço! Meu Deus, como podia a vida ser assim tão ingrata com aqueles que, por amarem o seu país com tanta fidelidade, ousaram querer romper os grilhões que o ligavam a uma metrópole atrasada, perdulária, que sugava, displicentemente, as riquezas da sua mais próspera colônia! Não seria o ouro que se levava dali todos os anos o bastante para satisfazer aos seus desejos de glória e poder? Queria também a rainha o próprio sangue dos seus súditos?

Bárbara soluçava, sacudia a cabeça, achava que ia enlouquecer. Parou um momento para acariciar uma das camisas de Inácio, que permanecia dobrada em cima da cama. Ela havia sido trocada às pressas por outra limpa, antes da saída para o Rio de Janeiro. Tinha o cheiro dele impregnado ali, vívido como a sua presença.

Querido e amado Inácio, pensou, com os olhos perdidos na paisagem lá fora. Tão terno, sonhador, idealista e, ao mesmo tempo, tão viril e apaixonado! Tudo nele, todas as atitudes que tomava, eram sempre assim; impetuoso, achava que podia tudo. Mas ela o amava e, por ele, teria ido ao fim do mundo. Ela também sonhava com um Brasil livre das algemas e de Portugal. Foi ela quem o havia encorajado nos momentos de desânimo. Foi ela quem o tinha incentivado a ir em frente e a levantar armas contra a metrópole, se preciso fosse. Teriam eles confiado demais nos companheiros? Teriam sido ingênuos? Estava tudo tão bem planejado! Raios! O que havia dado errado, afinal?

– *Sinhá... Sinhá...*

A mão carinhosa de Tomásia, puxando de leve o seu vestido, pareceu percorrer quilômetros para alcançá-la e trazê-la de volta ao casarão.

– *Sinhá... – insistiu. – As crianças estão esperando vosmecê para o almoço. Fiz doce de leite com coco para a sobremesa. Acabei de fazer e ele tá morninho, do jeito que a Sinhá gosta...*

– *Já vou, Tomásia – respondeu Bárbara, secando as lágrimas. – Diga para as crianças que mamãe já desce. A minha irmã trouxe a encomenda que eu lhe pedi?*

– *Não, Sinhá, por aqui hoje não veio ninguém. Somente o Seu Chico, com as conta da venda, pra pagá... Falou que precisava de recebê logo. Eu disse a ele que a Sinhá não tava boa, que voltasse outra hora.*

– *Está bom, Tomásia. Obrigada. Agora deixa-me passar uma água no rosto, antes de descer.*

– *Percisa memo, Sinhá... Senão as crianças vão vê que andô chorando, e vão querê sabê purquê... Ifigênia tá desconfiada que só. A pobrezinha veio me preguntá se o pai dessa vez demora muito... Ele viaja tanto que ela já devia de tá acostumada. Mas parece que tá sentindo as coisa... Já disse, Sinhá, que num andianta escondê as coisa daquela menina. Ela tem proteção dos santo.*

– *Já sei, Tomásia, tu já me disseste – refutou, com impaciência. – Vai, vai, desce que eu já vou...*

Tomásia, a escrava que a acompanhava desde o seu casamento, balançou a cabeça com tristeza e saiu.

“*Oh, Inácio... Meu adorado... onde será que tu estás agora, meu amor?*” Bárbara não conseguia mais sufocar o choro. As lágrimas e soluços se misturavam a uma dor profunda, que penetrava pelos seus pulmões e pareciam atingir fundo a sua própria alma. “*Minha Nossa Senhora do Pilar, me ajude! Não sei se vou aguentar, me ajude!*”

Não soube por quanto tempo permaneceu assim, agachada na beirada da janela, em pranto convulsivo. Quando finalmente se acalmou, conseguiu levantar-se com dificuldade até alcançar a bacia de porcelana em cima da cômoda, para molhar o rosto e o pescoço. O frescor da água lhe fez bem. Bárbara acariciou o ventre. Mais um filho estava a caminho. O quarto, e este provavelmente o marido não veria nascer. Lá embaixo as três crianças, não aguentando a espera, já haviam almoçado. Sem ter consciência do que estava ocorrendo, continuavam na sala, inocentemente, brincando com as amas, sentadas no chão, esperando que a mãe descesse. Ela lhes havia dito que o pai havia partido para uma longa viagem, o que para elas não era nenhuma surpresa. O pai sempre viajou muito. Apenas Maria Ifigênia, a mais velha, atenta aos sentimentos da mãe, e que a viu chorar por mais de uma vez, parecia acabrunhada. Fez muitas perguntas sobre a tal viagem. Os outros dois, José Eleutério e João Damasceno, eram ainda muito pequenos. Seus filhos, seu tesouro, seu único tesouro. Por eles, ela precisava reagir, se reerguer e lutar. Era preciso coragem. E isso, Bárbara Eliodora tinha de sobra...

* Primeiro capítulo do romance “*Um Poema Para Bárbara - A história de amor que ajudou a escrever a História do Brasil*”, recentemente publicado pela Editora Gutenberg (www.editoragutenberg.com.br), com 432 páginas e ampla repercussão positiva na crítica brasileira.

“Não soube por quanto tempo permaneceu assim, agachada na beirada da janela, em pranto convulsivo. Quando finalmente se acalmou, conseguiu levantar-se com dificuldade até alcançar a bacia de porcelana em cima da cômoda, para molhar o rosto e o pescoço.”



Tomás Antônio Gonzaga: poeta, inconfidente e magistrado

Rogério Medeiros Garcia de Lima
Desembargador do TJMG

Nenhuma noite é eterna,
e a aurora é sempre de Liberdade,
ainda que tardia.

(Augusto de Lima Júnior, in *História da Inconfidência de Minas Gerais*).

Tomás Antônio Gonzaga nasceu em Miragaia, freguesia da cidade do Porto, Portugal, em 11 de agosto de 1744. Era filho do magistrado brasileiro João Bernardo Gonzaga e da portuguesa Tomásia Isabel Clarke, de ascendência inglesa. Ficou órfão de mãe no primeiro ano de vida. Mudou-se com o pai para Pernambuco, em 1751. Depois se transferiram para a Bahia, onde Tomás estudou no Colégio dos Jesuítas. O jovem estudante voltou para Portugal em 1761, para cursar Direito na Universidade de Coimbra. Graduou-se bacharel em Leis em 1768. Com intenção de ser professor naquela universidade portuguesa, escreveu a tese 'Tratado de Direito Natural'. Posteriormente, deixou de lado a pretensão de lecionar e abraçou a magistratura.

Por ter sido um dos líderes da Inconfidência Mineira, foi degredado para Moçambique, onde se casou com Juliana de Sousa Mascarenhas, filha de um traficante de escravos e herdeira da fortuna paterna. Tiveram um casal de filhos. Gonzaga morreu em 1810, aos 66 anos, quando exercia o cargo de juiz de alfândega.

Um juiz independente

Tomás Antônio Gonzaga exerceu o cargo de juiz de fora na cidade de Beja, em Portugal. Retornou ao Brasil em 1782 e foi

Tomás Antônio Gonzaga foi poeta, inconfidente e magistrado. Em 19 de novembro de 2010, a Associação dos Magistrados Mineiros homenageou-o durante solenidade realizada no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto-MG, comemorando o bicentenário da sua morte. No evento, foi inaugurada placa alusiva ao poeta e aos valores culturais de Minas Gerais e da magistratura. O então presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias, discursou:

Resgatamos história, cultura e política em um mesmo ato. Tomás Gonzaga reúne três grandes valores: a justiça, o amor e a liberdade, em três momentos distintos de sua vida: como magistrado, poeta e inconfidente. Devemos lembrar a Inconfidência como símbolo do caráter e do espírito mineiro, aos quais a Amagis rende todas as homenagens em nome da magistratura mineira.

nomeado Ouvidor dos Defuntos e Ausentes da Comarca de Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto. Segundo Kenneth Maxwell, em 'A devassa da devassa', quando Luís da Cunha Menezes assumiu o governo das Minas Gerais passou a ter atritos com o ouvidor de Vila Rica:

"O novo governador não poderia contrastar mais com seu antecessor. Luís da Cunha Menezes era um homem de 'estilo duro', porém cercava-se de cortesãos servís e parasitas. Era um homem que concebia suas prerrogativas como supremas e não admitia oposição a seus caprichos e autoridade, ou de seus favoritos." (apud FERREIRA, 1982:12)

Pedro Doria corroborou:

"Para um pombalino cartesiano como Gonzaga, que acreditava na estrutura de governo desenvolvida pelo Marquês (de Pombal) e que prezava por rigor formal, Cunha Menezes era o pior tipo de administrador. Irracional. Um déspota movido apenas por seus desejos. Sem seguir regras. O iluminista Gonzaga tinha horror a esse tipo por filosofia, por princípio, por jeito de ver o mundo. A situação só era piorada pelo fato de o déspota passar por cima das decisões do ouvidor sistematicamente. Ignorava-o. (...)

Quando um fazendeiro rico e contrabandista conhecido, chamado Basílio de Brito, foi preso e encaminhado para Vila Rica, Cunha Menezes deu ordens para soltá-lo. Tampouco tinha autoridade legal para isso. E o comando de prisão partira de Gonzaga. Autoritário, o governador passava por cima do ouvidor sem pudores." (DORIA, 2014:71, 72 e 85)

Naqueles idos do século XVIII, ainda não se afirmara o princípio da separação dos poderes. Eram mescladas as funções atribuídas aos magistrados da colônia. Transplantava-se para a América o modelo administrativo e político da metrópole:

"(O juiz) é o bacharel que vem (ou volta) de Coimbra com a preeminência que tinha no reino, a jurisdição transpondo os limites do foro para abranger a ordem do governo municipal e a paz dos negócios, encarnação da lei comum, que traz consigo, nos cartapácios temíveis das 'Ordenações'" (CALMON 1959:892-893)

Curioso registro histórico diz respeito ao elevado nível intelectual dos juizes mineiros no Brasil colonial. (GARCIA DE LIMA, *Revista da Academia Mineira de Letras*, v. LXIX, 2014)

O também jurista e poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto era amigo de Tomás Antônio Gonzaga e foi ouvidor na Comarca de São João del-Rei.

“Tomás Antônio Gonzaga mantinha intensa vida amorosa em Vila Rica. Foi amante de Maria Anselma e esse romance o levou a uma disputa com o governador Luís da Cunha Menezes.”

Alvarenga Peixoto era casado com a são-joanense Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, heroína da Inconfidência Mineira. Ela demoveu o marido de delatar aliados inconfidentes. Era preferível a morte à desonra da delação. Alvarenga foi preso e degredado para o continente africano. Sobreveio à altiva esposa ruína familiar e financeira. No entanto, a posteridade a entronizou como símbolo da coragem da mulher brasileira. (GARCIA DE LIMA, 2008; VIEGAS, 1969:149-150)

Amores disputados

Tomás Antônio Gonzaga mantinha intensa vida amorosa em Vila Rica. Foi amante de Maria Anselma e esse romance o levou a uma disputa com o governador Luís da Cunha Menezes:

“É impossível saber se o poeta abandonou Maria Anselma grávida, se fugiu ao casamento ou se foi ela quem não quis dar continuidade à relação. Pouco após o nascimento do filho de ambos, Anselma já estava com Cunha Menezes. Talvez fosse apenas uma moça interessada em cargos. Tinha o segundo homem mais importante da capitania. Perante a chance de ter o primeiro, abandonou-o. O governador, diz Gonzaga nas ‘Cartas’, forrou as

paredes do quarto de sua amante com seda, pôs um painel de madeira no teto e contratou um bom artista para fazer uma pintura, à moda do tempo.” (DORIA, 2014:65-66)

O filho de Gonzaga e Maria Anselma foi criado por Pedro Teixeira da Silva Mursa, tesoureiro do Juízo de Ausentes e subordinado de Gonzaga. O rebento recebeu o sobrenome do pai adotivo e se chamava Antônio Silvério da Silva Mursa.

Mas o grande amor de Gonzaga foi Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão. Conheceu a moça quando ela tinha apenas 16 anos. Segundo muitos estudiosos, Dorotéia seria a pastora Marília imortalizada na grande obra lírica do poeta (*‘Marília de Dirceu’*). Pediu a mão da jovem em casamento em 1788, dois anos depois de ter sido promovido a desembargador da Relação da Bahia.

Por ser o noivo funcionário público, a família abastada de Maria Dorotéia opunha-se à união matrimonial. Gonzaga não chegou a assumir o cargo em Salvador e nem a consumir o casamento com Maria Dorotéia, por causa do seu envolvimento na Inconfidência Mineira. Acabou degredado para a África.

Um inconfidente líder

João Camilo de Oliveira Tôrres (1963:38-46) descreve as Minas Gerais no final do século XVIII:

“Nos últimos anos do século XVIII, as Minas Gerais possuíam uma população estável, laboriosa, variada, culta, espalhada por várias vilas e povoados, próximos uns dos outros, com uma verdadeira opinião pública formada nos encontros de intelectuais em suas casas, na frequência às igrejas, e nas conversas que se travavam nas estalagens e nas estradas, opinião já acostumada a discutir problemas de interesses coletivos nas ‘juntas’ do princípio do século e nas eleições para as câmaras municipais, opinião dotada de um agudo sentido dos assuntos oficiais, sociais e políticos. Podemos dizer que já havia ‘povo’ em Minas, povo no sentido de uma população organizada e dividida em grupos e partidos.

Como se isto não fosse suficiente, esta população, este povo, já se sentia radicado em Minas, já se sentia mais brasileiro do que português.”

Nesse ambiente, floresceu a Inconfidência Mineira. Foi uma conspiração separatista ocorrida em Minas Gerais e reprimida pela Coroa Portuguesa em 1789. A insurgência teve como principal motivação a cobrança excessiva de tributos.

Na primeira metade do século XVIII, houve vários motins na capitania de Minas Gerais. Eram motivados por várias causas, como impostos escorchantes, desabastecimento de alimentos e ações abusivas das autoridades.

Um dos mais célebres foi a *Revolta de Vila Rica*, em 1720. O Conde de Assumar (D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal e Vasconcelos), governador à época, reprimiu a rebelião. Felipe dos Santos, líder dos rebelados, foi condenado à morte.

Segundo a lenda, Felipe teve braços e pernas atados a quatro cavalos e os animais o despedaçaram, enquanto disparavam espantados pelas ruas da vila.

Mas, segundo alguns historiadores, o líder rebelde foi enforcado e depois amarrado à cauda de um cavalo. O corpo foi despedaçado, ao ser arrastado pelo animal em via pública. (VASCONCELOS, História Antiga de Minas Gerais, p. 201-202)

Luís da Cunha Meneses foi nomeado governador da capitania em 1783. Era violento e arbitrário. Ignorava que o declínio da produção de ouro resultava do esgotamento das jazidas. Atribuía a decadência da extração aurífera ao contrabando. Executou a cobrança compulsória dos impostos devidos, chamada “derrama”, que fora instituída pelo antecessor Visconde de Barbacena (Luís Antônio Furtado de Mendonça).

João de Scantimburgo (1989:104) assinalou a influência, no Brasil, das ideias iluministas impulsionadoras da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa:

“A elite iluminista dos doutores de Coimbra (...) formou-se na universidade pombalina, da qual fora excluído o ensino jesuítico, todo ele fundado no aristotélico-tomismo. Eram, portanto, esses doutores, legítimo produto da filosofia das Luzes, introduzida em Portugal (...) pelo Genovese, e seu fiel discípulo Verney, arcebispo de Évora. Todos quantos voltavam de Coimbra para a colônia traziam na bagagem cultural o iluminismo, a filosofia que se contrapusera aos baluartes da Contrarreforma. Esse o fenômeno característico da época. Mais do que uma revolução armada, a revolução cultural – permitam-nos os leitores o anacronismo – precedeu-a, como os batedores dessa arrancada, a plêiade dos iluministas.”

Em Vila Rica, um grupo de poetas mineiros fez parte da conspiração:

“Dos principais escritores deste grupo, só não era brasileiro Tomás Antônio Gonzaga, nascido no Porto, mas foi o cenário e foi o teor da vida brasileira que deram protesto à sua sensibilidade poética; e aos seus confrades de Minas indissoluvelmente se ligou com os riscos e amarguras de conspiração.” (SCANTIMBURGO, 1989:105)

As reuniões dos conspiradores ocorriam em vários locais, inclusive nas casas de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. Eram discutidos os planos da sedição e as leis para a nova ordem.

Foi desenhada a bandeira da República a ser instaurada: uma bandeira branca com um triângulo e a expressão latina *“Libertas Quae Sera Tamen”* – verso do poeta romano Virgílio, cuja tradução é *“liberdade ainda que tardia”*.

A conspiração foi delatada em 1789, depois da delação de Joaquim Silvério dos Reis, em troca do perdão de suas dívidas com a Coroa.

Os envolvidos no movimento foram detidos e enviados para o Rio de Janeiro. Cláudio Manuel da Costa morreu na prisão, em Vila Rica. Há suspeita de que tenha sido assassinado a mando do governador.

No curso da *“Devassa”* (inquérito judicial), todos negaram participação no movimento, à exceção do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que assumiu a responsabilidade pela sedição.

Tiradentes foi condenado à morte por enforcamento. Os demais condenados, civis e militares, foram degredados para colônias portuguesas na África. Os religiosos foram recolhidos em conventos em Portugal.

A condenação do ex-ouvidor de Vila Rica, Gonzaga, repercutiria em toda a Capitania de Minas e além:

“O interesse dos Juizes daquele processo era exatamente o de ostentar o seu poder. Não importava se foram obtidas provas ou não contra o condenado. A sentença ao degredo para um lugar tão

distante materializava a esmagadora autoridade das leis impostas sobre os súditos da Colônia. Não somente a sangrenta e cruel execução do Alferes Joaquim José, mas também o degredo do desembargador Gonzaga e de outros membros da elite mineira, a proibição de retornarem ao Brasil, sob pena de morte, tudo isto serviria de instrumento para aterrorizar outros súditos brasileiros que pensassem em conspiração política contra a Coroa.” (ELIAS, 2012:305)

O Arcadismo em Portugal e em Minas

Mais que uma escola – lecionava José Veríssimo – o Arcadismo foi um estilo literário que chegou a Portugal em meados do século XVIII. A reforma das letras lusas principia-se pela fundação da ‘Arcádia Lusitana’ ou ‘Arcádia Ulissiponense’. O nome ‘Arcádia’ é tirado à região grega tida como refúgio dos poetas – propriamente, ‘céu’ de suas almas, na Mitologia.

“Os sócios da nova associação se comprometiam a adotar nomes de pastores celebrados pelos vates gregos e latinos; haviam de periodicamente apresentar trabalhos; cultivavam a Virgem e se apresentavam com um lírio branco, símbolo da Imaculada. A

“As reuniões dos conspiradores ocorriam em vários locais, inclusive nas casas de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. Eram discutidos os planos da sedição e as leis para a nova ordem.”

Arcádia, todavia, se embrenhou nos gastos temas gregos e latinos, restringiu a liberdade dos artistas e bem depressa feneceu. Ressurgiu depois com o nome de 'Nova Arcádia', para sofrer rude golpe dos 'dissidentes', que a desmoralizaram: Nicolau Tolentino, José Agostinho de Macedo, Bocage e outros." (OLIVEIRA, 1960:119-120).

Em Minas Gerais, conforme Nelson Werneck Sodré, na segunda metade do século XVIII as artes plásticas fixam pela primeira vez algo especificamente nosso. Renovaram velhos modelos metropolitanos, de influência jesuítica quase todos, e geraram uma arte com traços originais, como o barroco brasileiro:

"Nas Minas Gerais, precisamente quando a mineração declina, surgem a torêutica, a escultura e a arquitetura religiosa, que fixarão os nomes de alguns artistas excepcionais, todos eles de origem popular, particularmente dois: Valentim da Fonseca e Silva – o grande Mestre Valentim – desenhista e entalhador; e Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho – artista plástico de mérito inconfundível. E é ainda nas Minas Gerais que aparece um grupo de poetas que, por ali terem vivido na época e até juntos participado de acontecimentos políticos, deram motivo à qualificação do conjunto como 'Escola Mineira'. O documento político desses poetas são as 'Cartas Chilenas'; o documento literário é a 'Marília de Dirceu', de Tomás Antônio Gonzaga, o livro de poesia mais lido, em língua portuguesa, exceto 'Os Lusíadas'.

Essas duas criações anunciam extraordinário avanço da expressão literária, ainda não como forma ou mesmo conteúdo – a forma é portuguesa e, quanto ao conteúdo, não traz ainda a marca original, nem a poderia trazer, dadas as condições históricas – mas, pelo menos, como assunto. A terra continuava a aparecer como objeto, cantada nas suas belezas, mas há, na sátira à autoridade local demandada, uma primeira nota de rebeldia que transcende a pessoa visada, como há, nos cantos à jovem noiva, uma primeira nota lírica que rompe com as tradições do arcadismo." (SODRÉ, 1989:30-31)

Todavia, alguns traços diferenciaram os poetas árcades brasileiros dos portugueses:

"O que decididamente os sobreleva àqueles e os torna mais notáveis e, para nós ao menos, mais interessantes, são as suas novas contribuições à poesia portuguesa, com as quais também entra a nossa a se distinguir dela. Introduzem um novo elemento de emoção, o seu nativismo comovido, o seu patriotismo particular; um novo assunto, a gente e a natureza americana, e com isto, e resultante disto, novos sentimentos e sensações, indefiníveis talvez, mas sensíveis, que o meio novo de que eram, do qual ou no qual cantavam, lhes influía nas almas. Escapando, pelo seu mesmo exotismo ao predomínio absoluto das tradições literárias portuguesas, ao rigor da moda poética então na metrópole vigente, puderam ser e foram mais naturais, mais isentos dos defeitos e vícios em que se desmandava ali essa moda. São, em suma, menos gongóricos que os portugueses, sacrificam muito menos à mitologia e ao trem clássico do que eles." (VERÍSSIMO, 1954:111)

Também dissertou Alfredo Bosi:

"É sabido que ambientes e figuras bucólicas povoaram os versos dos autores setecentistas. A gênese burguesa dessa temática, ao menos como ela se apresentou na Arcádia, parece hoje a hipótese sociológica mais justa. Nas palavras de um crítico penetrante, Antonio Candido, ela é assim formulada:

“Mais do que uma
revolução armada,
a revolução cultural
– permitam-nos
os leitores o
anacronismo –
precedeu-a, como os
batedores dessa
arrancada, a plêiade
dos iluministas.”

‘A poesia pastoral, como tema, talvez esteja vinculada ao desenvolvimento da cultura urbana, que, opondo as linhas artificiais da cidade à paisagem natural, transforma o campo num bem perdido, que encarna facilmente os sentimentos de frustração. Os desajustamentos da convivência social se explicam pela perda da vida anterior, e o campo surge como cenário de uma perdida euforia. A sua evocação equilibra idealmente a angústia de viver, associada à vida presente, dando acesso aos mitos retrospectivos da idade de ouro. Em pleno prestígio da existência cidadina, os homens sonham com ele à maneira de uma felicidade passada, forjando a convenção da naturalidade como forma ideal de relação humana. (...)’

No Arcadismo brasileiro, os traços pré-românticos são poucos, espaçados, embora às vezes expressivos, como em uma ou outra lira de Gonzaga, em um ou outro rondó de Silva Alvarenga. Em nenhum caso, porém, rompem o quadro geral de um Neoclacissismo mitigado, onde prevalecem temas árcades e cadências rococós. E sem dúvida foram as teses ilustradas, que clandestinamente entraram a formar a bagagem ideológica dos nossos árcades e lhes deram mais de um traço constante: o gosto da clareza e da simplicidade graças ao qual puderam recuperar a pesada maquinaria cultista; os mitos do homem natural, do bom selvagem, do herói pacífico; enfim, certo mordente satírico em relação aos abusos dos tiranetes, dos juizes venais, do clero fanático, mordente a que se limitou, de resto, a consciência libertária dos intelectuais da Conjuração Mineira.” (BOSI, 1981:64-67, grifos no original)

O poeta romântico e satírico

Para José Veríssimo, o Brasil tornou Tomás Antônio Gonzaga poeta e foi isso que o naturalizou brasileiro:

“Aqui se lhe depararam os motivos do seu poetar, primeiro a mulher que parece ter amado de um grande e terno amor, principal estímulo do seu estro até então adormecido; depois os sucessos que, a despeito da sua inocência, o envolveram na chamada Conjuração Mineira. Despedaçando-lhe a existência, que se lhe antolhava auspiciosamente fagueira, esses sucessos ajuntaram às emoções dolorosas dos seus contrariados amores o abalo cruel de uma calamidade inaudita: a acusação do crime de lesa-majestade, a prisão, os ferros, os maus tratos, a masmorra, um longo e martirizante processo, a perspectiva da forca, em suma o desmoronar súbito e brutal de todas as suas risonhas esperanças de namorado e funcionário, em via de realização. De sua dor fez as formosas canções que o imortalizaram, como um dos bons poetas do amor da nossa língua. A brasileira sua amada era uma jovem matuta, sem outra cultura e espírito que as suas graças naturais. Para ser dela entendido e tocá-la, versejou-lhe naturalmente, simplesmente, com o mínimo de artifícios clássicos possível à poética portuguesa, quase sem arrebiques literários, nem rebuscas de expressão, que ela pudesse desentender. Assim como lhe forneceu o motivo e o estímulo de inspiração, deu-lhe o Brasil também o estilo que o distingue e sobreleva aos seus pares. Como poeta é, pois, Gonzaga um lídimo produto brasileiro.” (VERÍSSIMO, 1954:116-117)

Marília de Dirceu

Tomás Antônio Gonzaga adquiriu fama com a publicação da obra poética ‘Marília de Dirceu’, em 1792. Dirceu era o nome arcádico do poeta:

“São liras de amor, mas também provocadas por sua situação de ‘réu de majestade’: nelas, embora se queixe de que a Fortuna seja ‘má cega’, o poeta confia na Providência e na própria conduta, isenta de mancha. (...)’

O drama de amor de Gonzaga, sua prisão, seu desterro, comoveram gerações de enamorados; ‘Marília’ é livro editadíssimo.” (PAES e MASSAUD, 1967:111).

Analizou Alfredo Bosi:

“A figura de Marília, os amores ainda não realizados e mágoa da separação entram apenas como ‘ocasiões’ no cancionero de Dirceu. Não se ordenam em um crescendo emotivo. Dispersam-se em liras galantes em que sobreleva o mito grego, a paisagem bucólica, o vezo do epigrama. Já foi notado, com ingênuo escândalo, que os cabelos de Marília mudam de uma lira para outra e aparecem ora negros, ora dourados:

*‘Os seus compridos cabelos,
que sobre as costas ondeiam,
são que os de Apolo mais belos,
mas de loura cor não são.
Têm a cor da negra noite;
e com o branco do rosto
fazem, Marília, um composto
da mais formosa união.*

....

*Os teus olhos espelham luz divina,
a quem a luz do sol em vão se atreve;
papoila ou rosa delicada e fina
te cobre as faces, que são cor da neve.
Os teus cabelos são uns fios d’ouro;
teu lindo corpo bálsamo vapora.’*

“A oscilação entende-se como compromisso árcade entre o real e os padrões de beleza do lirismo petrarquista. A dubiedade atinge, aliás, outras áreas: Dirceu ora é pastor, quando o pede a ficção bucólica, ora é juiz, quando isso lhe dá argumento para mover a admiração de Marília:

“De sua dor fez as formosas canções que o imortalizaram, como um dos bons poetas do amor da nossa língua.”

*'Eu, Marília, não fui nenhum vaqueiro,
fui honrado pastor da tua aldeia...*

....

*Verás em cima da espaçosa mesa
altos volumes de enredos feitos;
ver-me-ás folhear os grandes livros,
e decidir os pleitos”* (BOSI, 1981:80-81).

Cartas Chilenas

As ‘Cartas Chilenas’ são incluídas entre os melhores versos satíricos da língua portuguesa. Reportam-se à corrupção de Luís da Cunha Meneses, governador da Capitania de Minas Gerais entre 1783 e 1788.

Foram escritas anonimamente, porque obras desse teor provocariam dura represália do autoritário governador (SCHNEIDER e MINANI, 2015).

“O nome – ‘Cartas Chilenas’ – (folhetins manuscritos e periódicos que corriam de mão em mão em Vila Rica), provavelmente o adotou em imitação das célebres ‘Lettres Persannes’, de Montesquieu” (JARDIM, 1989:97-98).

Para Luís da Câmara Cascudo, *“constituem depoimento precioso para a fixação do ambiente psicológico da capital de Minas Gerais em 1788, ao amanhecer da Inconfidência.”* (FERREIRA, 1982:11)

Em excelente monografia sobre essa famosa obra satírica, Delson Gonçalves Ferreira acentuou:

“As ‘Cartas Chilenas’ são um espelho que reflete virtudes e vícios. Principalmente vícios. (...) É o papel da literatura: refletir e iluminar.

As ‘Cartas Chilenas’ são um espelho e uma lâmpada, firmando, para sempre, as imagens de uma cidade, tempo, modo e espaço, e iluminando um caminho de libertação. O facho luminoso se projeta até o fim do caminho onde se encontrará a ‘liberdade ainda que tardia’”. (FERREIRA, 1982:15-16)

E mais:

“As ‘Cartas Chilenas’ (Mineiras) são um libelo, uma sátira contra o Governador Luís da Cunha Meneses, transparente através da máscara caricatural do Fanfarrão Minésio. (...)

**“As ‘Cartas Chilenas’
são incluídas entre os
melhores versos
satíricos da língua
portuguesa.”**

As sátiras traduzem, muitas vezes, uma consciência comum, condenatória e denunciante, no caso, fermentações mais profundas contra organizações e governos.

As ‘Cartas Chilenas’, sátira da vida colonial em fins do séc. XVIII, são o próprio espírito e libelo da Inconfidência Mineira. (Tarquínio J. B. de Oliveira, ‘As Cartas Chilenas’) As Sátiras tendem, naturalmente, para a caricatura. E o mínimo que procuram é ridicularizar a vítima. (...)

As ‘Cartas’ (...) são uma ‘Weltanschauung’ de Gonzaga-Critilo, uma janela ampla, pela qual se veem os homens e as coisas do tempo, daquele tempo misterioso e tenso que precedeu a fracassada Inconfidência, pela traição de alguns. Tudo através dos olhos e da sensibilidade, do espírito crítico, da ideologia (iluminismo) do autor. Pelos retratos não ficamos conhecendo apenas o retratado, mas também o retratista.

Critilo é Gonzaga, segundo as melhores opiniões de hoje. E a leitura das ‘Cartas’ revela um conjunto de argumentos importantes e convincentes de que o seu autor é o Ouvidor de Vila Rica.

As ‘Cartas’ revelam, por muitos aspectos, um estado de espírito, aquela fermentação perigosa de revoltas, um desassossego generalizado e uma aparente calma. O Fanfarrão sabia promover festas e distrações para o povo da cidade. A opressão está muito pesada e todos respiram com dificuldade. Um grande poeta podia sentir e exprimir essa consciência coletiva de que alguma coisa havia de acontecer, fora do monótono quotidiano. (...)

Critilo também não perdoa as injustiças e crueldades que se praticam por obra de Fanfarrão, quando ele quer alcançar os seus fins. A grande construção de Cadeia e Câmara custou lágrimas e sangue. Além de muito dinheiro. O jurista (autor do ‘Tratado de Direito Natural’, futuro legislador do novo país...) não tolera as constantes violações do direito e as permanentes intromissões do Governador, em áreas que escapam de sua competência.” (FERREIRA, 1982:53-59)

Pedro Doria conosta a autoria dos versos satíricos:

“Foi justamente em 1958 que o professor português Manuel Rodrigues Lapa publicou o estudo definitivo sobre a autoria, corroborado poucos anos depois por Afonso Arinos de Melo Franco. Com a informação acumulada desde então sobre a história da Inconfidência Mineira e a biografia de Tomás Antônio Gonzaga, sequer é possível cogitar outro autor. Os temas que mais perturbam o autor das ‘Cartas’, afinal, são os momentos em que o governador Fanfarrão Minésio se mete nas funções do ouvidor-geral.” (DORIA, 2014:65-66)

Está escrito no prólogo das ‘Cartas Chilenas’:

“Lê, diverte-te e não queiras fazer juízos temerários sobre a pessoa de Fanfarrão. Há muitos fanfarrões no mundo e talvez que tu sejas também um deles...”

Coligi alguns versos:

*Amigo Doroteu, prezado amigo,
Abre os olhos, boceja, estende os braços
E limpa, das pestanas carregadas,
O pegajoso humor, que o sono ajunta.
Critilo, o teu Critilo é quem te chama;
Ergue a cabeça da engomada fronha
Acorda, se ouvir queres coisas raras.*

(...)

*Agora, Doreteu, ninguém passeia
todos em casa estão e todos buscam
divertir a tristeza que nos peitos
infunde a tarde mais que a noite feia.*

*Pretende, Doroteu, o nosso chefe
erguer uma cadeia majestosa
que possa escurecer a velha fama.
Da torre de Babel e mais dos grandes
custosos edifícios que fizeram
para sepulcros seus os reis do Egito.*

Um homem notável

O historiador Márcio Jardim concluiu:

“Em minha opinião, Tomás Gonzaga foi o vulto mais importante do movimento inconfidente de 1789. Cheguei, em capítulo à frente, a tentar demonstrar que teria sido ele o verdadeiro líder da conspiração; o líder moral, intelectual e decisivo. Sua estatura intelectual quase não teve par na Capitania, como teve poucos entre seus contemporâneos do Brasil e dos domínios de Portugal no mundo inteiro. Sua estatura moral ressalta-se do conteúdo do processo movido aos inconfidentes, revelando um caráter extremamente leal, firme e equilibrado nos mais difíceis e dolorosos momentos daquela Devassa. À beira da morte, Gonzaga revelou extraordinário senso de equilíbrio psíquico, mantendo viva a capacidade jurídica de argumentação e dedução. Não há nos seus depoimentos nem em seus arazoados de defesa – que fez incluir desesperadamente entre os articulados emitidos pelo habilidoso advogado dativo – nenhuma palavra de desrespeito ou diminuição a qualquer de seus companheiros de conjura. Tiradentes admirava-o muito. Tinha por ele quase uma veneração. É difícil provar essa afirmação, mas é sentida através da leitura dos Autos. E o Alferes Xavier deveria ter motivos valiosos para nutrir essa admiração: provavelmente teria visto alguma parte da Constituição que Gonzaga estava preparando para a nova República; sabia que, com o sucesso da revolução, Gonzaga seria o primeiro entre os primeiros – seria presidente por três anos –, o fundador da novel República, seu arquiteto legal, seu institucionalizador. Era o período imediatamente anterior à Revolução Francesa (e por isso a célebre Constituição ainda não existia) e Tiradentes sabia que a Constituição de Gonzaga faria dele um líder mundial, assim como acontecera a Jefferson, Franklin, Hamilton.” (JARDIM, 1989:93-94)

Referências Bibliográficas

- *Almanaque Abril: Quem é quem na história do Brasil.* São Paulo: Abril Multimídia, 2000.
- *Amagis resgata história de Tomás Antônio Gonzaga Portal Migalhas,* disponível em <http://www.migalhas.com.br/Quentes/>, acesso em 22.11.2010
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* São Paulo: Cultrix, 3ª ed., 1981.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, vol. III, 1959.
- DORIA, Pedro. *1789: a história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- ELIAS, Renatta Christina de Oliveira. *O processo penal contra Tomás Antônio Gonzaga: Inconfidência Mineira final do século XVIII.* Goiânia: Kelps, 2012.
- *Enciclopédia Barsa.* Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda., vol. 7, 1969, pág. 92.
- FERREIRA, Delson Gonçalves. *Cartas Chilenas: retrato de uma época.* Belo Horizonte: Lemi, 1982.
- GARCIA DE LIMA, Rogério Medeiros. Carvalho Mourão e Martins de Oliveira, os próceres, e outras personagens da Comarca de São João del-Rei. Belo Horizonte: *Revista da Academia Mineira de Letras*, Belo Horizonte, vol. LXIX, 2014, págs. 93-115.
- _____. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, 06.04.2008.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Literatura Comentada.* São Paulo: Abril Educação, seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico por Samira Campedelli, 1980.
- JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1989.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1968.
- MATA-MACHADO, Edgard de Godói da. *Elementos de Teoria Geral do Direito.* Belo Horizonte: Vega, 1976.
- OLIVEIRA, Cândido de. *Súmulas de Literatura Portuguesa.* São Paulo: Editora Luzir Ltda., 8ª ed., 1960.
- PAES, José Paulo e MASSAUD, Moisés (organizadores). *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira.* São Paulo: Cultrix, 1967.
- PIMENTA, Joaquim. *Enciclopédia de Cultura.* Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, vol. I, 2ª ed., 1963.
- *Rei Édipo – Antígone – Prometeu Acorrentado - Tragédias Gregas.* Rio de Janeiro: Ediouro, trad. J. B. Mello e Souza, sem data.
- SARAIVA, Antônio José. *Iniciação na Literatura Portuguesa.* Lisboa: Gradiva, 1996.
- SCANTIMBURGO, João de. *O Brasil e a Revolução Francesa.* São Paulo: Pioneira, 1989.
- SCHNEIDER, Daniel e MINANI, *Cartas Chilenas*, disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/cartas-chilenas-403307.shtml>, acesso em 08.07.2015.----- PAGINA 01 -----
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura no Brasil.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas.* Rio de Janeiro: Record, 1963.
- _____. *História de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Lemi, vol. 2, 3ª ed., 1980.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, sem data.
- VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 5ª ed., 1954.
- VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.



Luiz Vilela, o mestre do diálogo

“**A** sua força está no diálogo e, também, na absoluta pureza de sua linguagem”, comentou Antonio Candido sobre Luiz Vilela quando este, em 1969, repetindo sua façanha no I Concurso Nacional de Contos, do Paraná, fora novamente um dos vencedores no II Concurso. Candido, que fizera parte da comissão julgadora, juntava-se assim à torrente de elogios que já acompanhavam o jovem escritor.

Em 1967, aos 24 anos, Luiz Vilela, depois de recusado pelos editores, publicou, à própria custa, seu primeiro livro, *Tremor de Terra*, de contos, em modesta edição de apenas mil exemplares. Enviado a um concurso literário em Brasília e concorrendo com 250 escritores, o livro ganhou o Prêmio Nacional de Ficção, na época o maior prêmio literário do Brasil, provocando a ira de alguns autores consagrados, a admiração de muitos outros, e tornando Luiz Vilela conhecido em todo o país.

Veio, em 1968, o segundo livro, *No Bar*, também de contos e também elogiado pela crítica. “*Ele escreve aquilo que gostaríamos de escrever*”, disse Macedo Miranda, no *Jornal do Brasil*. Em 1970, o terceiro livro, *Tarde da Noite*, que, aos 27 anos, consagraria definitivamente Luiz Vilela como contista. “*Um dos grandes contistas brasileiros de todos os tempos*”, escreveu Wilson Martins no *Estado de S. Paulo*. “*Exemplos do grande conto brasileiro e universal*”, afirmou Hélio Pólvora, no *Jornal do Brasil*. No *Jornal da Tarde*, em artigo de página inteira, intitulado “*Ler Vilela? Indispensável*”, Leo Gilson Ribeiro dizia na chamada: “*Guimarães, Clarice, Trivisan, Rubem Fonseca. Agora outro senhor contista: Luiz Vilela.*”

Nascido em Ituiutaba, em 31 de dezembro de 1942, Luiz Vilela começou a escrever aos 13 anos. Aos 14 publicou pela primeira vez um conto, num jornal da cidade, o *Correio do Pontal*. Aos 15 foi para Belo Horizonte, onde fez o curso clássico, no Colégio Marconi, e de onde enviava semanalmente uma crônica para o jornal *Folha de Ituiutaba*. Entrou depois para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de Minas Gerais (U.M.G.), atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), formando-se em Filosofia. Aos 21, criou, com outros jovens escritores, a revista de contos *Estória* e o jornal literário de vanguarda *Texto*, além da *Revista Literária*, da U.M.G.

Em 1968 mudou-se para São Paulo, para trabalhar como redator e repórter no *Jornal da Tarde*, um dos principais renovadores da imprensa brasileira. A experiência durou pouco, mas lhe deu material bastante para um romance, que ele escreveria alguns anos depois, *O Inferno É Aqui Mesmo*, e que, quando saiu, em 1979, causou polêmica. Disse Leo Gilson Ribeiro, no próprio *Jornal da Tarde*, que o livro não era um romance, e sim “*uma vingança pessoal, cheia de chavões*”. Já para Renato Pompeu, na revista *Veja*, o livro era importante, “*tanto esteticamente como no nível de documento, e sua leitura é indispensável.*”

Antes do *Inferno*, Vilela já publicara, em 1971, o seu primeiro romance, *Os Novos*, sobre a sua geração e que também causou polêmica. “*Um soco em muita coisa (conceitos e*

“A sua força está no diálogo e, também, na absoluta pureza de sua linguagem.”

preconceitos), o livro se impõe quase em fúria. (É por isso que o temem?)”, comentou então Heraldo Lisboa, no *Jornal de Letras*.

Depois da experiência paulista, Luiz Vilela foi convidado a participar de um programa internacional de escritores, o *International Writing Program*, em Iowa City, Iowa, nos Estados Unidos, lá permanecendo nove meses. Dos Estados Unidos foi para a Europa, percorrendo vários países e se fixando por algum tempo na Espanha, em Barcelona. De volta ao Brasil, passou a residir novamente em sua cidade natal, próximo da qual comprou um sítio, começando nele uma criação de vacas leiteiras.

Com 15 livros publicados, todos de ficção, e mais outro tanto de antologias de seus contos, das quais a mais recente é *A Feijoada e Outros Contos*, publicada em 2014, Luiz Vilela já ganhou vários prêmios: o já citado *Prêmio Nacional de Ficção* (*Tremor de Terra*, 1967), o *Prêmio Jabuti* (*O Fim de Tudo*, 1974), o *Prêmio Literário Nacional PEN Clube do Brasil* (*Perdição*, 2012) e o *Prêmio ABL de Ficção*, da Academia Brasileira de Letras (*Você Verá*, 2014). Seus contos já foram adaptados para o teatro, o cinema e a televisão e publicados nos Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Suécia, Polônia, República Tcheca, Argentina, Paraguai, Chile, Venezuela, Cuba e México.

A Record, sua atual editora, vai, gradativamente, reeditar toda a sua obra e promete para o início de 2016 o lançamento de um novo livro: a novela *O Filho de Machado de Assis*.

Em conversa por telefone com a *MagisCultura*, Luiz Vilela conta que, apesar de estar no interior, mantém, por telefone, carta ou e-mail, permanente contato com pessoas nos grandes centros e demais regiões do país, sejam elas escritores, editores, professores, jornalistas, ou simples amigos e familiares.

Em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, o Grupo de Pesquisa Luiz Vilela, GPLV, formado por alunos e professores da UFMS e de outras universidades e liderado pelo Prof. Dr. Rauer Ribeiro Rodrigues, estuda e divulga, por meio de encontros e seminários no estado e fora dele, a obra do escritor, além de manter a *Revista Digital Luiz Vilela* (gpluizvilela.blogspot.com), que traz notícias, informações, artigos, entrevistas, críticas, estudos, cartas, fotos, vídeos e tudo o mais que se relacione a Luiz Vilela.

Reconhecimento internacional

A seguir, alguns comentários feitos no exterior sobre a obra de Luiz Vilela:

"É hoje talvez o melhor autor de diálogo no Brasil."
(Jon M. Tolman, *The Literary Review*, Estados Unidos.)

"Embora a matéria-prima de sua ficção seja o cotidiano brasileiro, a sua temática é universal, pois ele fala de problemas que afetam o ser humano em qualquer parte do mundo."

(Ute Hermanns, *Beihefte Lusorama*, Alemanha.)

"Uma escrita linear, modelo de simplicidade e força, sem uma só palavra a mais, um estilo que não usa nenhum enfeite de linguagem e, no entanto, é um estilo tão belo, com seu límpido vocabulário de todos os dias, capaz de transmitir o mais profundo e o mais superficial da vida, quando não é o profundo através do superficial."

(Estela dos Santos, *Brasil Cultura*, Argentina.)

"O conto, de Machado de Assis a Luiz Vilela, sempre foi um dos componentes mais fortes da literatura brasileira."

(Robert DiAntonio, *Romance Quarterly*, Estados Unidos.)

"Admirável criador de textos instantâneos e vertiginosos."
(Manuel Capetillo, *Uno Más Uno*, México.)

"As histórias de Luiz Vilela giram principalmente em torno das tragicômicas relações humanas entre pessoas da classe média."
(John Parker, *Portuguese Studies*, Inglaterra.)

"Ele conseguiu captar o mundo ao seu redor, daí o seu sucesso de público e de crítica."
(Arsenio Cícero Sancristóbal, *Cultura y Revolución*, Cuba.)

"Luiz Vilela apenas constata, mas o faz de tal modo que a sua constatação diz muito mais do que diria qualquer eloquente análise."
(Pavla Lidmilová, *Svetová Literatura*, Tchecoslováquia.)

"Vilela escreve sobre pessoas comuns, com uma combinação de ironia e simpatia. O mundo moderno, de que ele fala, é, sem dúvida, um mundo de solidão e perda, mas esse mundo é, ao menos em parte, redimido pela cuidadosa atenção e pelo contido amor do artista que o retrata."

(Alexis Levitin, *Latin American Literary Review*, Estados Unidos.)

Obra publicada - primeiras edições

CONTOS

- *Tremor de Terra*, 1967
- *No Bar*, 1968
- *Tarde da Noite*, 1970
- *O Fim de Tudo*, 1973
- *Lindas Pernas*, 1979
- *A Cabeça*, 2002
- *Você Verá*, 2014

ROMANCES

- *Os Novos*, 1971
- *O Inferno É Aqui Mesmo*, 1979
- *Entre Amigos*, 1983
- *Graça*, 1989
- *Perdição*, 2011

NOVELAS

- *O Choro no Travesseiro*, 1979
- *Te Amo Sobre Todas as Coisas*, 1994
- *Bóris e Dóris*, 2006

“Embora a matéria-prima de sua ficção seja o cotidiano brasileiro, a sua temática é universal, pois ele fala de problemas que afetam o ser humano em qualquer parte do mundo.”

Você verá

Luiz Vilela

Pego um táxi no hotel. São quatro e quinze; o dia ainda está escuro. Nas ruas, iluminadas, não há quase nenhum movimento: nem de gente, nem de carros. A cidade dorme.

O táxi me deixa na rodoviária, que também, a essa hora, está quase deserta, com quase tudo fechado. Mas eu descubro um barzinho aberto e vou até ele.

O dono – um simpático senhor de meia-idade, cabelos grisalhos, bigode – faz uma expressão de surpresa ao me ver entrando. Eu explico: meu ônibus era às seis, mas eu não tinha ainda comprado a passagem, e então... Ele sacode a cabeça, concordando. Pergunta o que eu quero.

"Um cafezinho."

"Cafezinho ainda não tem", ele diz; "mas eu vou fazer."

"Eu espero", eu digo.

Deixo a minha mala, pequena, no chão, empoleiro-me no banquinho, diante do balcão, e fico esperando.

No bar – um cômodo onde, além do essencial para o bar funcionar, mal cabem as duas mesas com cadeiras que nele

estão – só há nós dois, e nenhum de nós diz nada enquanto ele faz o café.

Pendurada na parede, num quadro, há uma foto da cidade, uma vista aérea. A foto é grande e está numa caprichada moldura.

Ele despeja a água fervente, e uma fumacinha sobe, espalhando pelo ar o cheiro bom de café coado.

Pega então uma xícara e um pires, brancos, de louça, e os põe na minha frente. Em seguida, puxa para mais perto de mim o açucareiro e um copinho de vidro com as colherezinhas.

Tomo o primeiro gole. Ele fica à espera, me observando.

Então pergunta:

"Está bom?"

"Está", eu digo; "está ótimo."

Ele sorri, contente.

"Mais alguma coisa?"

Olho, através do vidro do balcão, os doces e os salgadinhos. Não há muito o que escolher...

"Um pão de queijo", digo.



Ele pega, com o pegador de metal, um pão de queijo – o maior, eu noto – e me dá.

"*Você é mineiro?*", pergunta.

"*Por causa do pão de queijo?*"

"*Não, não é por causa do pão de queijo*", ele diz; "*é porque mineiro não perde o trem...*"

Eu rio e repito a minha explicação sobre a passagem.

"*Você está certo*", ele diz, amável.

"*É o senhor?*", pergunto, para ser educado. "*O senhor é daqui?*"

"*Daqui não tem ninguém, meu filho*", ele diz. "*Aqui todo mundo é de fora.*"

Eu balanço a cabeça, meio envergonhado da pergunta que fizera, pois...

"*Eu vim do norte*", ele continua. "*Eu deixei tudo e vim para aqui. Eu deixei até a minha família.*"

"*Sei...*"

"*Você já conhecia Brasília?*", ele pergunta.

"*Não; eu vim conhecer agora.*"

"*Gostou?*"

"*Gostei. Achei a cidade bonita.*"

"*Você foi ao Palácio da Alvorada?*"

"*Fui.*"

"*É ao Palácio do Planalto?*"

"*Fui.*"

"*E à Catedral?*"

"*Também.*"

E a isso, e àquilo, ele segue perguntando, sem nem me dar tempo de responder — o que eu acho bom, porque algumas coisas sobre as quais ele me pergunta eu nem sabia que existiam...

"O futuro está aqui", ele diz, enchendo o peito. "Um novo país está nascendo nesta cidade."

Eu balanço a cabeça, enquanto como o meu pão de queijo e bebo o meu café.

"Um país onde todos terão oportunidade, onde ninguém mais passará fome, ninguém mais precisará pedir esmola nas ruas. Um país de gente feliz, um país de paz e de prosperidade. Um país, enfim, que é o país com o qual todos nós, os brasileiros, um dia sonhamos."

Eu balanço a cabeça.

"Eu talvez não vá ver tudo isso, porque já estou com sessenta anos e porque isso não é uma coisa que se faz de um dia para outro; nem de um dia para outro, nem de um ano para outro. Deus, que é Deus, não fez o mundo em seis dias?"

"É", eu digo.

"Então?"

Eu balanço a cabeça.

"Eu talvez não verei; mas você, você, que é muito mais novo do que eu, você verá. Quantos anos você tem?"

"Vinte."

"Vinte. Pois é: daqui a quarenta anos, quando você estiver com a minha idade, quando você estiver com sessenta anos, você vai se lembrar deste dia e de tudo o que eu disse."

Eu balanço a cabeça de modo mais enfático, como a dizer que sim, vou, sim, eu vou lembrar.

"*Será um outro Brasil*", ele prossegue, entusiasmado, "*um Brasil...*"

Ele se interrompe com a chegada de uma mulher.

"*Pois não, minha senhora...*", diz, gentilmente.

Eu olho as horas: já são quase cinco. Mastigo e engulo o último pedaço do pão de queijo — o café já acabara —, limpo

“Um país onde todos terão oportunidade, onde ninguém mais passará fome, ninguém mais precisará pedir esmola nas ruas.”

a boca com o guardanapo de papel, e então pego no bolso a minha carteira.

"*Não*", ele diz, espalmando a mão à minha frente: "*you não vai pagar nada.*"

"*Por quê?...*", eu pergunto.

"*É uma homenagem minha*", ele diz, sorrindo alegremente; "*uma homenagem que eu faço aos mineiros, e principalmente ao maior deles: o homem que construiu esta cidade.*"

Eu agradeço muito e digo que nunca me esquecerei daquele dia – do cafezinho, das palavras dele e daquele gesto de generosidade.

Pego então a minha malinha e despeço-me dele com um forte aperto de mão.

"*Boa viagem!*", ele diz.

No saguão, outras portas já se abriram, algumas pessoas passam com malas, um ônibus chega – a rodoviária começa a se movimentar.

Subo então para a parte de cima. Nela, vejo que os guichês já estão funcionando e que, felizmente, não há fila.

Compro a minha passagem.

Confiro o meu relógio com o da rodoviária: os dois marcam a mesma hora, cinco e vinte. Falta mais de meia hora ainda para o meu ônibus.

Tranquilo, com tudo certo, sento-me numa cadeira e acendo um cigarro. E ali fico, pensando em muita coisa e ao mesmo tempo não pensando em nada, enquanto lá fora o céu ia, devagarzinho, clareando, naquela segunda-feira de abril de mil novecentos e sessenta e três.

Liberdade da feira

(Homenagem às nostálgicas feiras livres.)

Renato César Jardim

Juiz de Direito em Belo Horizonte

É dia de feira
daquelas antigas
armadas nas ruas
em meio a cantigas

de cegos violeiros
e pedintes loucos
que entoam lamúrias
a ouvidos moucos.

Cenário armado
verdes lonas pendem
atores que compram
pedem e vendem
comércio ambulante
freguês permanente
multidão de frutas
salada de gente.

Gordas senhoras
carrinhos lotados
carteiras seguras
em punhos dobrados
frutas escolhidas
doces a granel
brinquedo ao menino
hélice de papel.

Banquete aos suínos
nas porcariadas
latas entupidas
frutas estragadas
pálidos meninos
verme-portadores
conseguem um ofício
são carregadores.

A feira é sem dono
quitanda errante
sem portas, sem trancas
vida itinerante.
A rua é de todos
ali todos vão
do homem sem crédito
ao sarnento cão.

Mercado armado
de esquina a esquina
ao final cede chance
ao esperto sovina
pechinheiro que joga
com a sobra do dia
pagando por dúzia
o que meia valia.

Intensa é a feira
e horas sobrevive
não há quem a queira
e dela se prive.
A manhã vai-se embora
despoja-se a rua
das vestes da feira
tornando-se nua.



Senectude

José Amâncio de Sousa Filho

Desembargador do TJMG, aposentado

Ó senectude, incontestável fato!
 Hidra cruel que a juventude afasta!
 De ti não gosto, mas não te maltrato!
 Quero te dar só meu firme basta.

Alcançar meu anseio não consigo.
 Lanças-me célere ao encontro teu.
 O tempo –inexorável inimigo –
 Diz-me sem dó: “você envelheceu”.

Mas relutando ainda em aceitar,
 Miro no espelho e vejo a me assustar
 A minha imagem tão desfigurada.

Várias rugas e cãs, presentes tantas,
 Me sentenciam, afinal de contas,
 Que em breve serei pó, só pó, mais nada.



Anjo Satã

Bruno Terra Dias

Juiz de Direito em Belo Horizonte

Há uma mulher, de quem falam
por casas e praças,
que tem fama e fervor.
Decide se acompanha ou opõe.

Dizem de suas orações e do que manda fazer,
dos homens que a ela não se comparam.
Galardões e seminários, em arrastos e confissões,
por honra da senhora dos feitiços e bênçãos.

Entre terras e escravos, minas e fundições,
a fortuna que tantos sondaram,
os beijos de bajulações e outros empregos.
Soube abraçar e esquivar, manter e disputar.

O padre e o banqueiro, o contratador e o governador,
quem pode os seus pedidos ignorar?
Roga a Deus em visões.
Alguma vez sorriu, se disse feliz?

Dizem os bons: é um anjo encarnado!
Seus desejos espargem amor e docilidade.
Quando jovem, encantou, com suavidade de rosa,
gentes do campo e da cidade.

Afirmam os profanos: é satã afeminado!
Sua boca reparte fel e inimizade.
Sua flor se abriu em propositada cilada
ao capitão que embarcou na conhecida emboscada.

Por conselho quebrou dificuldades e jornadas
tolamente propagadas.
Propriedade não é estima.
Respeito e admiração: busca de conquista.

Não tem qualidade o corpo reles que jaz
sem alma ativa e corada,
como não tem mérito o sentimento do filho
que por vã afronta recebe castigo.

As encomendas que se fazem
são parcas e desmerecem
a memória de tempos bruscos e mal acolhidos.
Descanso é refúgio não reservado.

O trabalho será eternizado na dor
de quem compra indulgência sem sacrifício.
A herança está consumada em fogo,
purificada de mãos sem engenho e desvalorosas.

Ditosa mulher ambígua,
que aos meus sentimentos não satisfaz,
sua morte encerrou muitas vidas
e a minha já não se compraz.



O milagre

Llewellyn Davies A. Medina

Desembargador do TJMG, aposentado

Allegro

Eram margaridas
abraçam umas às outras
talvez dissessem da finitude dos sonhos
dos alquimistas que diziam dizem da existência deles

os sonhos morreram morrerão um dia
os alquimistas entranham entranharam
dedos nas vísceras das estrelas
nas dobras das pedras de sempre
das pétalas também
soltaram-se como se soltam os filhos
arremetem-se os filhos
soltam-se as gotas de chuva
as lágrimas também se soltam
nada é permanente nem eterno
o que a vida retém reteve em suas ranhuras
quem sabe é o tempo finito / infinito
a corola parecia de luminosos girassóis
luminosos como o olhar brilhante do gato
que espreitava o ténue por do sol
deslizando sobre a pele da rua sem fim
candeias elos formavam correntes infindáveis
incontáveis como os sonhos que José sonhou
quem se lembra deles?

e as palavras saltitavam álcres
pura música para os sentidos
era assim no início das coisas
talvez fossem sons
um dia quem sabe saberei o que eram.

Largo

Vieram planícies infinitas
chamadas de planícies infinitas
infinitas quanto grãos de areia do deserto infinito
chamados de grãos de areia do deserto infinito

infinitos passos percorreram essa infinitude
deles não há registro
amberam-no a infinitude do tempo
a perenidade do vento
a perenidade do vento siroco
vento diferente desse que meus narizes sopram
e que se chama vida vivida

o milagre alcançou lugares inalcançáveis
exceto para o descortino da águia majestosa
deu-se a esses lugares o nome de lugares inalcançáveis

e vieram os rios ah! os rios oceanos
os oceanos mares todos vieram
chamaram-se rios mares oceanos
e continentes antártidas atlântidas hades

inventaram-se novas palavras novos idiomas
que o homem edificou com engenho e arte
e as plantas chamaram-se a si mesmas de plantas
e deram-se nomes aos planetas
mercúrio vênus marte

e ao fim do homem deu-se o nome morte
e inventaram-se milagres e milagres tantos
símbolos fonemas hieróglifos
e no sétimo dia deus viu que era bom.

Finale

Multiplicou-se o milagre
 novas línguas para contá-lo
 metáforas maviosas enfeitaram-no dicionários
 enciclopédias
 biblioteca da Babilônia o fogo lambeu

“Musas, que o Olimpo habitam, vinde agora,
 sem falhas contar-me
 pois sois divinas e tudo sabeis;
 sois a tudo presentes;
 nós, nada vimos; somente da fama tivemos
 notícia –
 os nomes, sim, revelai-me, dos chefes
 supremos dos Dânaos.”

....

“Abraão gerou a Isaque,
 e Isaque gerou a Jacó,
 e Jacó gerou a Judá e seus irmãos”

“e contaram-se catorze gerações
 mais catorze gerações
 e catorze outras mais.”

e o homem é diferente da flor
 e a flor é diferente da onça pintada do cerrado
 e a onça pintada do cerrado é diferente do campo semeado de
 futuro
 (e quem o colherá?)
 e a terra ora é fecunda como o homem que a renega
 e a terra ora é estéril como o homem que a abarca
 pois é da natureza do homem
 ora abarcar ora renegar
 e quando não mais havia semente a semear
 inventou-se a posse o dono e o danado
 o menor abandonado – inventou-se também
 ao menor abandonado deu-se o nome de menor
 abandonado
 não se deram nomes ao boi à vaca abandonados
 nunca houve boi ou vaca abandonados

e foi como se o sonho desvanecesse
 e foi como se o milagre da palavra desvanecesse
 (como é próprio dos sonhos tanto os bons quanto os ruins)
 e se deus descansou no sétimo dia
 quem sabe um dia desperte do pesadelo...



Eu e ela, na praia, olhando o mar

João Quintino Silva

Desembargador do TJMG, aposentado

O sol-moleque,
Ali parado,
Mijando luz no corpo frio das ondas,
Realçava as cores vivas
De miríades de peixes minúsculos,
De grãos de areia,
Conchas e sargaços.

O vento brincalhão
Agitou-lhe os cabelos longos,
Desalinhando-os
No aspecto fugas de uma floresta negra
Onde, de amor, me perdi, inebriado,
E adormeci sorrindo...



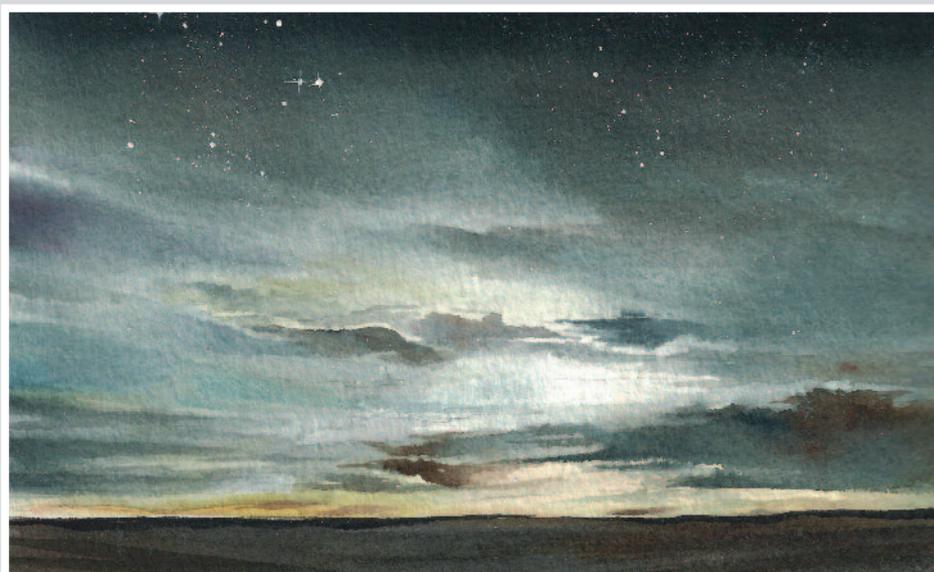
Imortalidade

A noite veste luto
No corpo frio da natureza.
Dorme a paz no leito escuro de tudo!

Cochilam os astros
Na vigília do tempo...

Morre o tempo na fração de agora...
Morre a saudade,
Embora renasça...
Morre a vida...
Morre o silêncio...

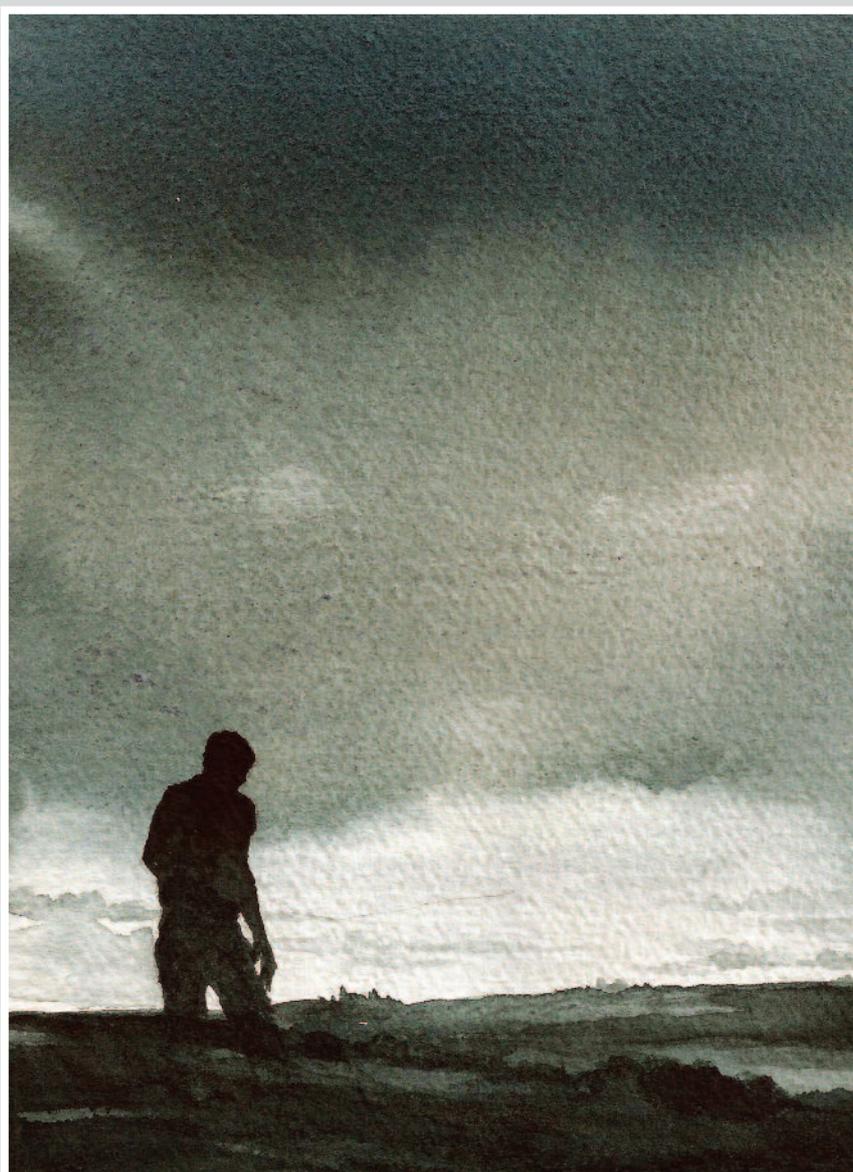
- Só não morrem a crença, a esperança e Deus!



Liberdade perdida

Walter Luiz de Melo
Desembargador do TJMG

Liberdade perdida, ar faltante à sobrevivência desejada e querida.
 Liberdade perdida, sentida.
 Liberdade perdida, lição compreendida.
 Liberdade perdida, alma deprimida.
 Liberdade perdida, prenúncio, pode ser nova vida.
 Liberdade perdida, meditação significado da lida.
 Liberdade perdida, horizonte, contemplação interrompida.
 Liberdade perdida, pensamento em desespero quanto saída.
 Liberdade perdida, sensibilidade concorrida.
 Liberdade perdida, amarga lembrança da partida.
 Liberdade perdida, indiferença sabida.
 Liberdade perdida, reflexão atraída.
 Liberdade perdida, provavelmente, reveladora da brutalidade arrependida.
 Liberdade perdida, arrogância iludida.
 Liberdade perdida, vaidade despida.
 Liberdade perdida, angústia resumida.
 Liberdade perdida, corpo sem comida.
 Liberdade perdida, tristeza incontida.
 Liberdade perdida, riqueza inválida.





Adeus, Fernando Brant

Aldina Soares

Juíza de Direito em Santa Luzia

Forte eu sou, mas não tem jeito,
hoje eu tenho que chorar.
(Em 'Travessia')

Foi dita num lamento a notícia da morte do compositor Fernando Brant, ocorrida no Dia dos Namorados, 12 de junho, deste ano de 2015. Bela data para se partir na derradeira viagem, para quem, como ele, soube lidar com a musicalidade dos sentimentos transformando-os em letras de músicas, crônicas, roteiros e poemas únicos.

Confesso que chorei, perdida nas lembranças dos momentos vividos aos sons das suas músicas. Viajei no tempo, na pré-adolescência, e fiquei com aquela tristezinha, como diria ele. De lá para cá muito tempo se passou e colho, em meus guardados, o rosto sorridente dele ao meu lado quando o conheci, há alguns anos, no lançamento da primeira edição da nossa *MagisCultura* na qual era o homenageado. O que era admiração tornou-se puro encanto. Homem absolutamente simples e desapegado da importância que continha, sentou-se à mesa dentre tantos e ali confabulou como vários, como se fosse comum ali estar. E não poderia ser diferente, pois filho que era do desembargador Moacir Brant e de D. Iolanda, a magistratura era também sua casa, seu leito, fonte de onde alimento teve.

Travessia de vida

Fernando Rocha Brant, nasceu em Caldas, sul de Minas Gerais, em 9 de outubro de 1946 e ainda menino, aos dez anos de idade, desembarcou em Belo Horizonte para aqui morar, depois de ter morado em Diamantina desde os cinco anos de idade.

Embora graduado em Direito, atuava como repórter no início da década de 1960, quando conheceu Milton Nascimento, seu parceiro na música 'Travessia'. O título da música, aliás, ganhou esse nome por ser esta a última palavra do livro 'Grande Sertão: Veredas', de Guimarães Rosa. Milton Nascimento queria que os versos da música que compusera nascessem de um autor que jamais escrevera e Fernando, então, foi o ideal.

O encontro entre Fernando e Milton foi descrito da seguinte forma por Márcio Borges no livro 'Os sonhos não envelhecem - Histórias do Clube da Esquina':

“Homem
absolutamente
simples e desapegado
da importância que
continha, sentou-se à
mesa dentre tantos e
ali confabulou como
vários, como se fosse
comum ali estar.”

Contaram e recontaram seus parcos trocados. Davam para duas cervejas e um ovo cozido. Bastante. Em torno dessas duas cervejas e do ovo cozido, dividido irmãmente por Bituca (extraordinário!), os dois conversaram a tarde inteira e fizeram amizade. Fernando gostava de poesia, sabia de cor versos inteiros de García Lorca e Fernando Pessoa. Era sorridente e bem-humorado. Estava gostando muito de conhecer um músico, um compositor.

Antes de se levantarem, Bituca perguntou:

– E você escreve?

– Escrever o quê? Contos, essas coisas?

– Você escreve poemas como os que acabou de recitar?

– Eu nunca escrevi nada.

– Então vai ter que escrever.

“Uma das suas grandes canções, ‘*Maria Maria*’, composta especialmente para o balé de estreia do Grupo Corpo, que acaba de completar 40 anos, foi tema de toda uma geração de mulheres.”

Assim, combinaram de se encontrar outro dia para tentar realizar a tal empreitada. Nenhum dos dois sequer poderia imaginar as estupendas consequências daquele encontro casual, que fizera cruzar a linha de suas vidas.

Essa mesma história foi contada por Ângela Faria em artigo no *Estado de Minas* de forma diferente. Segundo ela deu-se assim:

Em 1967, Bituca mostrou uma tristonha melodia a Brant. E pediu: “Querida que você fizesse a letra pra ela”. Em depoimento, o amigo revelou sua reação: “Não mexo com isso, não sei, nunca fiz”. Era coisa para o Marcinho Borges, alegou. (in EM 13.06.2015)

O clima do final dos anos 1960 era efervescente e, segundo o próprio Fernando Brant, seu ingresso no Colégio Estadual Central em Belo Horizonte fez com que passasse a ler “desbragadamente”, abrindo-lhe as portas do mundo. Lá, foi aluno do poeta Affonso Romano de Sant’Anna. Já no final da década, a censura imposta aos artistas fez com que a casa da família Brant, no bairro Funcionários virasse uma espécie de trincheira, tal como era a casa da família de Salomão Borges, em Santa Teresa, onde Milton se hospedava, bem como Ronaldo Bastos. E foi assim que nasceu o Clube da Esquina, movimento musical que misturava elementos da bossa nova, do jazz e do rock.

Ao longo da sua vida, teve vários outros parceiros musicais: Lô Borges, Beto Guedes, Toninho Horta, Ronaldo Bastos, Wagner Tiso, Márcio Borges e Nivaldo Ornelas, entre outros.

Uma das suas grandes canções, ‘*Maria Maria*’, composta especialmente para o balé de estreia do Grupo Corpo, que acaba de completar 40 anos, foi tema de toda uma geração de mulheres. A primeira estrofe dá o tom de toda a composição:

*Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta.*

No total, Brant compôs mais de 200 canções; aliás, no sítio www.ecadnet.org.br, do Ecad, há cadastradas mais de 280 obras musicais feitas por ele e seus parceiros.

Brant foi um dos grandes defensores do direito autoral no Brasil e por mais de 20 anos esteve à frente da presidência da União Brasileira de Compositores (UBC), uma das nove associações de gestão coletiva de música que compõem o Ecad.

Sua luta pelos direitos autorais foi tema de uma de suas crônicas semanais no *Estado de Minas* (6 de julho de 2011), jornal em que escreveu até 2014, cujo último parágrafo é o seguinte:

[...] Mas é desanimador assistir ao que, por interesses escusos, a imprensa do Rio e de São Paulo tem feito contra os compositores, músicos e cantores brasileiros nos últimos meses. E é desprezível que senadores e deputados, alguns de partidos que se vangloriam de serem de esquerda, abracem uma campanha sórdida contra os autores e a favor das grandes empresas de comunicação. Porque, por exemplo, eu devo pagar a tv a cabo e ela não paga os direitos autorais?

Em 2012, publicou o livro 'Casa Aberta' que é a coletânea das crônicas. Sobre estas, dizia ele:

Meu ponto de partida é o ambiente familiar. Rememoro o passado e projeto o futuro, a partir da visão do mundo que nos é oferecida,

Esse livro é uma longa travessia através da vida e do tempo, do espaço e dos acontecimentos que marcaram o Brasil na segunda metade do século 20 e na primeira década do século 21.

Publicou ainda o livro 'Clube dos Gambás', pela Record, também uma reunião de textos publicados no jornal *Estado de Minas*.

Faleceu em Belo Horizonte, aos 68 anos, de complicações decorrentes de uma cirurgia de transplante de fígado. Cobri-lhe o caixão a bandeira do time do coração, América Futebol Clube.

Fernando Brant era casado com Leise e deixou duas filhas, Isabel e Ana Luisa, e um filho, Diógenes, seu 'filho do coração'. Deixou dois netos.

Adeus, moço da travessia, senhor do sorriso largo.

“Meu ponto de partida é o ambiente familiar. Rememoro o passado e projeto o futuro, a partir da visão do mundo que nos é oferecida.”



Stefan Zweig, o austríaco que adotou o Brasil ao fugir do nazismo

Gutemberg da Mota e Silva

Desembargador do TJMG, aposentado

Impaciente, o escritor judeu não esperou a aurora da longa noite nazista e se envenenou com a mulher no exílio brasileiro.

Amiga do casal, a poetisa chilena Gabriela Mistral, então consulesa do Chile no Rio de Janeiro, com casa em Petrópolis, foi uma das pessoas que estiveram no quarto da casa da Rua Gonçalves Dias, nº 34, daquela cidade serrana fluminense na segunda-feira, 23 de fevereiro de 1942, quando um dos mais importantes escritores do Século XX, o judeu austríaco Stefan Zweig, com 61 anos, e sua segunda mulher, a alemã Lotte Zweig, com 33, exilados no Brasil, por ele considerado um “paraíso”, para fugir do Nazismo e da Segunda Guerra Mundial, se suicidaram conjuntamente, envenenando-se com morfina nas camas “Patente” de solteiro em que dormiam.

Ele escrevera 20 cartas de despedida e uma declaração manuscrita, datada do domingo, 22, na qual afirma que deixava a vida “por vontade própria, com a mente lúcida”, agradece a esse “maravilhoso país” a “tão gentil e hospitaleira guarida” a si e à sua obra, saúda a todos os seus amigos, e conclui: “Que lhes seja dado ver a aurora desta longa noite. Eu, demasiadamente impaciente, vou-me antes.” (Alberto Dines, em *Morte no paraíso – A tragédia de Stefan Zweig*).

No sábado, 21, Lotte escrevera à cunhada Hanna, casada com seu irmão mais novo, o médico Manfred Altmann, refugiados em Londres, justificando-se: “Indo embora dessa maneira, meu único desejo é que você possa acreditar que isso é a melhor coisa para Stefan, sofrendo como ele tem sofrido todos esses anos por todos os que sofrem com a dominação nazista, e para mim, sempre doente com essa asma. [...] Muito obrigada por tudo que você foi para mim e me perdoe por causar sofrimento a você e a Manfred. Acredite que o melhor é como estamos fazendo agora.” (Stefan & Lotte Zweig - *Cartas da América*. Rio, Buenos Aires e Nova York, 1940-42, organização e introdução de Darién J. Davis e Oliver Marshall).

Uma cena “que não queria ver”

Naquela segunda-feira seguinte ao Carnaval, visto pelos dois na segunda anterior, no Rio, Gabriela, Nobel de Literatura (1945), viu uma cena que “não podia nem queria ver”, como diz na carta ao editor do suplemento do *La Nación*, de Buenos Aires, Eduardo Mallea, publicada em 5 de março de 1942.

Relata a poetisa que em duas camas juntas estavam ela e o mestre, “com sua bela cabeça alterada apenas pela palidez. A morte violenta não lhe deixou nenhum sinal de violência. Dormia sem o seu eterno sorriso, mas com uma grande doçura e uma serenidade maior ainda. Parece que ele morreu antes dela. Sua mulher, que deve ter visto sua morte, protegia a cabeça dele com seu braço direito e seu rosto estava exatamente em cima do rosto dele. Ao ser separada do corpo do mestre, ela ficou com o braço e a mão retorcidos e rígidos, que terão de ser recolocados no lugar quando seu corpo for depositado no ataúde. O rosto dela estava muito parecido com o rosto dele. Não tem nada que apague de minha mente esta imagem.” (*Cartas da América*).

Jornalista levado pelas circunstâncias a escrever a biografia, Alberto Dines observa que, ao traçar a última imagem do infeliz casal, Gabriela descreveu correta mas incompletamente a posição dos corpos, pois “Lotte retinha o corpo do marido com o braço direito (escondido pelo cobertor) e, com o braço esquerdo, abraçava-o”. Ele estava de gravata.

Gabriela relata também que a empregada, que se acostumara com os patrões dormindo até as 10 horas, “não estranhou, ao se aproximar da porta ao meio-dia, o fato de não ouvir ‘a respiração do senhor Zweig’. Somente às quatro horas a pobre mulher se atreveu a abrir a porta. Avisou à polícia; estava tão transtornada que, ao atender um arquiteto francês que foi visitar o casal, respondeu assim: ‘Sim, eles estão em casa, mas estão mortos’”.

Xadrez e cartas de despedida

Em 5 de março de 1942, seu maior amigo no Brasil, o jornalista alemão Ernst Feder, também exilado aqui, em 1941, e morando em Petrópolis, escreveu a Manfred, dizendo-se credenciados, ele e a mulher (Emma), para lhes detalhar as últimas semanas do casal, por serem “os únicos compatriotas com uma troca de ideias regular e intensiva” com os dois “até a véspera da morte deles.” (*Cartas da América*).

Contou que, a convite de Zweig, ele e a mulher os visitaram na noite do sábado, jogou xadrez com Zweig, “como de costume”, trataram de literatura e dele recebeu obra de Montaigne emprestada e um livro de culinária austríaca emprestado a Lotte. Encontrando-o escrevendo, estranhou, pois Zweig normalmente não trabalhava à noite, mas não poderia imaginar que eram cartas de despedida. “Não houve nenhuma alusão a um último adeus. Em nosso horário habitual, às 11h30 da noite, voltamos

“Não houve nenhuma alusão a um último adeus. Em nosso horário habitual, às 11h30 da noite, voltamos para casa. Suas últimas palavras foram: ‘Por favor, desculpem o meu mau humor. A culpa é de minha melancolia e depressão.’”

para casa. Suas últimas palavras foram: ‘Por favor, desculpem o meu mau humor. A culpa é de minha melancolia e depressão’” (Cartas da América).

Uma foto na escola e um retrato na parede

Dines tinha 8 anos em 1940 quando, em sua segunda visita ao Brasil, já na Segunda Guerra, Zweig esteve, em 3 de setembro, na escola em que estudava, a Escola Popular Israelita-Brasileira ‘Scholem Aleichem’, Vila Isabel, Rio, ao lado de Lotte, Charlotte Elizabeth Zweig, nascida Altmann, em 5 de maio de 1908, em Kattowitz, Alemanha (atual Katowice, Polônia), contratada, como secretária e assistente, em 1934, quando ele ainda era casado com Friderike Maria Zweig, nascida Burger, professora de francês, escritora, tradutora, sua biógrafa.

O menino aparecera na foto da turma com a cabeça inclinada, olhando o escritor. Durante pelo menos 30 anos contemplou um retrato de Zweig pendurado no escritório do pai, Israel Dines. Era “uma foto suave, com um toque dândi (apesar do bigode parecido com o de Hitler)”, com dedicatória de 1936. Meses depois dos suicídios, diz Dines, começaram as notícias do extermínio de judeus no Leste Europeu e, com elas, “a certeza de que as famílias de meu pai e minha mãe em Rovno (então Polônia, hoje Rivne, Ucrânia) não escapariam”.

Aos 12 anos, ganhou dos pais os volumes finais da obra de Zweig (desde 2012 no domínio público), entre eles o polêmico *Brasil, um país do futuro*. Despertou, assim, para a tragédia. As primeiras edições de *Morte no paraíso* saíram em 1981 e 1982, as duas últimas, em 2012 e 2014. Na Alemanha, saiu com o título *Tod in Paradies*.

Família rica e cosmopolita

Stefan Zweig (pronuncia-se ‘Zuáig’) nasceu em Viena, Áustria, em 28 de novembro de 1881, “numa família austro-judaica rica, cosmopolita e secular” (*Cartas da América*). Filho de Moritz Zweig e de Ida Brettauer, tinha um irmão, primogênito, Alfred Zweig. Precocemente infértil, com surdez prematura, Ida como que abandonou as crias, fazendo dos filhos “alvo do terno despotismo”, diz Dines. Para Friderike, isso influenciou na personalidade dele e, “de maneira trágica, na escolha de Lotte, submissa companheira até o momento final”.

Nas suas memórias, *O mundo que eu vi* (em alemão, *Die Welt von Gestern, O mundo de ontem*), concluídas dois meses antes dos suicídios, conta que o pai era grande industrial têxtil. “Qualquer lucro com a menor sombra de risco lhe era repulsivo, e em todos os seus anos de vida jamais participou de um negócio alheio”. Assim “foi ficando rico e mais rico ainda”. Gastava pouco. Aos 50 anos “era um homem de grande fortuna”, mas não a exibia: “[...] mesmo quando milionário, meu pai nunca fumou um charuto importado, mas [...] o simples tabaco de sempre, e quando jogava cartas era sempre por pouco dinheiro”.

Felicidade só na saída

Sobre a primeira fase da vida afirma: “Aos 13 anos, quando aquela infecção literária e intelectual começou em mim, deixei de esquiar no gelo, apliquei em livros o dinheiro que meus pais me davam para aulas de dança; aos 18 ainda não sabia nadar nem dançar nem jogar tênis; ainda hoje não sei andar de bicicleta nem dirigir carro...”

Alfred queria ser médico. Foi homem de negócios. Stefan não quis ir para a fábrica, como exigia o pai. Sobre a escola primária, diz que, “para ser honesto, todo o meu tempo de escola nada foi senão um aborrecimento tedioso, cada ano pior pela impaciência por escapar daquela rotina [...] o único momento de felicidade real que devo à escola foi o dia em que pude fechar para sempre atrás de mim a sua porta.”

Na universidade, tinha secreta desconfiança da atividade acadêmica, “que ainda hoje não perdi. Para mim continua valendo o axioma de Emerson, de que bons livros substituem a melhor universidade [...]”. Nenhum professor da Universidade de Viena o atraía para sua matéria. Assim, o verdadeiro critério da sua escolha não foi que matéria o interessaria mais, mas “a que

menos me pesaria, deixando-me o máximo de tempo livre para seguir minha verdadeira paixão”.

Apenas no final do curso de Filosofia e História da Literatura se esforçou para “levar para casa o chapéu” de doutor. *“Mas não me dificultaram muito os exames. O bondoso professor [...] conhecia demais minha atividade literária pública para querer me humilhar com ninharias” e “me conduziu com brandura pelos territórios em que sabia que eu estava mais seguro”.* Foi seu primeiro e último exame com distinção.

Paixão pelas artes, desinteresse pelas moças

Nos dois decênios antes da Guerra 1914 /18, integrava a juventude *“desde cedo interessada em artes e literatura. [...] Era uma atmosfera especialmente feliz, condicionada pelo húmus artístico da cidade, pela época não politizada, uma nova orientação intelectual e literária na virada do século que nos impregnava com o desejo imanente de produzir, que na verdade faz parte dessa fase da vida.”*

Sua paixão produtiva se manteve: *“[...] cada tostão de nossa mesada ia para o teatro, concertos ou livros, e de outro lado não tínhamos grande interesse em agradar as moças, pois pensávamos atender a instâncias mais altas. Passear com as meninas nos parecia tempo perdido, pois em nossa arrogância intelectual considerávamos antecipadamente o outro sexo como intelectualmente inferior, e não queríamos gastar nossas preciosas horas com conversas banais.”*

Zweig condena o falso moralismo em Viena antes daquela guerra. Jovens da mesma camada social, mas de sexos opostos, não excursionavam juntos sem ser vigiados. *“Mesmo os elementos da natureza, sol, água e ar, não podiam tocar a pele nua de uma mulher. No mar elas avançavam com grande esforço cobertas do pescoço ao calcanhar em suas roupas pesadas [...] mulheres morriam como velhas damas sem que jamais alguém tivesse visto a linha do ombro ou o joelho delas...”*

Aos homens também se omitiam informações sobre o tema, mas se admitia vida sexual *“invisível”*. Pais chegavam a contratar para a casa *“uma criada bonita a quem cabia a tarefa de instruir na prática o rapaz [...] parecia-lhes melhor que ele resolvesse essa questão penosa sob o próprio teto, preservando o decoro exterior”*. No geral, o fundamento da vida erótica fora do casamento *“era a prostituição.”*

Os cafés – os afamados cafés vienenses – eram o principal ponto de encontro dos jovens. Neles, nos teatros, nos passeios, *“nós adolescentes não fazíamos outra coisa senão discutir livros, quadros, música, filosofia. [...] Na realidade [...] a guerra de todos contra todos já tinha começado na Áustria. Mas nós jovens, totalmente envolvidos em nossas ambições literárias, pouco notávamos dessas perigosas mudanças em nossa pátria [...] Não tínhamos o menor interesse por problemas políticos e sociais [...]. A cidade se agitava nas eleições e nós íamos às bibliotecas. As massas se rebelavam, e nós escrevíamos e discutíamos poemas.”*

Uma carta especial leva ao casamento

Friderike o vira pela primeira vez em 1908, numa festa em Viena. Um amigo dela o identificou. Flertaram. Ficaram nisso. Casada desde 1906 com um funcionário público, Felix von Winternitz, infiel, trabalhava muito para sustentar as filhas: Alexia Elizabeth, mais tarde, Alix, e Susanne Benedictine, mais tarde, Suse.

“No mar elas avançavam com grande esforço cobertas do pescoço ao calcanhar em suas roupas pesadas [...] mulheres morriam como velhas damas sem que jamais alguém tivesse visto a linha do ombro ou o joelho delas...”

Em 25 de julho de 1912, com o casamento desgastado, ela lhe escreveu dizendo que o vira naquela remota festa e, na véspera, num restaurante (Riedhof), onde um amigo lhe dera o livro de poemas Hinos à vida, por ele traduzido. Elogiou a tradução e contou que também escrevia poemas. A carta, absurda, nem mereceria resposta, mas, se dada, ficaria feliz. Segundo Dines, ela jantava com o marido e o amigo. Ele não se lembrava dela, mas reconhecera o livro nas suas mãos.

Observa o biógrafo que a *“sensibilidade para a alma feminina”* era a *“grife literária”* de Zweig, que recebia muitas cartas de desconhecidas, o que certamente inspirou sua novela Carta de uma desconhecida. [Nesta, uma mulher conta em carta a um romancista que era apaixonada por ele desde menina, que o seguira sempre e com ele tivera espaçadas relações sexuais, sem nunca ter sido reconhecida.] Mas aquela carta *“vinha impregnada de uma força especial”*. Respondeu-a e, cinco meses depois daquele jantar, ele com 31 anos, ela com 30, *“amarram-se devagar, cientes do desfecho”*. Divorciada em 28 de maio de

1914, casaram-se em 28 de janeiro de 1920, inexplicavelmente ausente a noiva, representada por procurador.

Colecionador de autógrafos e manuscritos

Zweig colecionou selos e, a partir dos 15 anos, autógrafos e manuscritos de escritores e artistas, juntando grande acervo. Para obtê-los, ele e os amigos rondavam autores e artistas favoritos. Certa vez, escreveu a seus ídolos. Quase nenhum respondeu. Em *Las tres vidas de Stefan Zweig*, Oliver Matuschek conta que ele chegou a se passar por “Stefanie Zweig”, pois mulher teria mais atenção. Depois, além de gastar fortunas em aquisições, recebia doações de autores amigos, como Romain Rolland, Rilke, Gorki e Claudel.

O escritório de Beethoven, adquirido em 1927, decorava a sua casa no Kapuzinerberg (Monte dos Capuchinhos), nº 5, Salzburgo, Áustria, terra de Mozart, célebre também por seus festivais de música. (Nas memórias, diz que sua casa “ficava tão perto da fronteira [com a Alemanha] que podia ver a olho nu a montanha de Berchtesgaden onde ficava a casa de Hitler, vizinhança pouco animadora e muito inquietante.”) Porém, dava maior valor à descoberta de que no seu prédio morava uma octogenária, filha do médico de Goethe, batizada em 1830 na presença do poeta: “Senti uma leve vertigem – em 1910 ainda havia no mundo uma pessoa sobre a qual pousara o sagrado olhar de Goethe”. Mais do que os objetos do poeta, que conservava intocados, era ela própria o verdadeiro milagre.

Um romance, muitas biografias e novelas

Com 19 anos publicou seu primeiro livro, *Cordas de prata, poesia* (não o reeditaria). Sua peça *Jeremias*, tragédia poética pacifista, obteve grande êxito. Mas se destacou principalmente

“Senti uma leve vertigem – em 1910 ainda havia no mundo uma pessoa sobre a qual pousara o sagrado olhar de Goethe.”

na prosa - ficção, biografias e ensaios, sobretudo biográficos. Obras dele inspiraram uns 40 filmes, recentemente, entre os quais *O Grande Hotel Budapeste*, *Uma promessa* e *A coleção invisível*. Nas décadas de 1920-30, firmou-se como o escritor de língua alemã mais traduzido (hoje em mais de 50 idiomas) e dos mais respeitados daqueles anos. No romance *Lotte & Zweig*, Deonísio da Silva diz, na voz de Lotte, que os norte-americanos “nunca apreciaram os escritores de língua alemã, e foi Stefan” quem “os levou a mudar de opinião.”

Entre outras obras, Zweig publicou as biografias das rainhas Maria Stuart e Maria Antonieta, do explorador português Fernão de Magalhães, de Joseph Fouché, controvertido político da Revolução Francesa, e estudos biográficos sobre Balzac, Dostoiévski, Dickens, Nietzsche, Freud, Tolstói, Erasmo, Casanova, Montaigne e Stendhal. A biografia de Balzac, inacabada, é póstuma. Publicou só um romance, *Coração inquieto*. Entre as novelas, em sete das quais aborda o suicídio, destacam-se *Carta de uma desconhecida*, *Medo*, *Amok*, *24 horas na vida de uma mulher* e *Uma partida de xadrez*, única obra ficcional aqui concluída.

Secretária e amante

O casal, que não teve filhos, morou em Salzburgo de 1919 a 1935. As enteadas Alix e Suse não se davam com Zweig. Segundo Dines, “uma das vezes em que Stefan teria ameaçado suicidar-se foi quando Friderike manifestou a intenção de engravidar.” O casal se divorciou em 22 de novembro de 1938. Zweig a ajudava financeiramente e quis que ela mantivesse o nome dele. Trocaram cartas e confidências até o final.

Na Alemanha, os nazistas tomaram o poder em 1933 (cinco anos depois, ocorreria a ‘Anschluss’ – a anexação da Áustria pela Alemanha). Proibidos os judeus de exercer cargos públicos, Manfred, médico do serviço público, mudou-se para Londres em 1933. Como “não ariana”, Lotte foi expulsa da Universidade de Frankfurt, juntando-se ao irmão em Londres. E Zweig, depois de vistoria policial dos nazistas na sua casa de Salzburgo, em 18 de dezembro de 1934, à procura de armas da resistência, também se decidiu por Londres. Um amigo levou parte do seu acervo para o hoje Estado de Israel.

Zweig precisava de secretária multilíngue, assistente de pesquisa. Friderike informou que ela selecionara Lotte entre refugiados judeus. Vários biógrafos acataram a versão. Matuschek é um dos que a rejeitaram. Embora frágil, asmática desde criança, logo se revelou capaz. Em 1935, eles estavam no mesmo hotel em Nice, o Westminster, quando Friderike os flagrou abraçados no quarto de trabalho. Matuschek anota: “O que Stefan não se atrevera a dizer à sua mulher passara a ser uma certeza, a saber: que Lotte Altman não era somente sua secretária, senão também sua amante.”

Enfeitiçado pelo “país do futuro”

Zweig viera ao Brasil pela primeira vez em 1936, a caminho de congresso do PEN Club em Buenos Aires. Autor de novelas, peças, ensaios biográficos e históricos, era sucesso mundial. Suas novelas vendiam muitas edições “graças aos toques psicológicos assimilados no seu convívio com Freud”, diz Dines. “O desvendamento da alma feminina mobiliza um enorme público”, não faltando títulos dele “nas casas da classe média letrada.”

Convidado do governo, por gestões do seu editor no país desde 1932, Abraão Koogan, da Editora Guanabara, desembarcara como celebridade no Rio, vindo da Inglaterra, em 21 de agosto de 1936. Recebido por jornalistas, intelectuais, entusiasmados leitores e muitas leitoras, dera entrevista no navio e fora levado para o Copacabana Palace e a muitos eventos. O presidente Getúlio Vargas o recebera no Catete.

Nos 12 dias no Brasil, com ida a São Paulo, entusiasmara-se com o “paraíso” e prometera escrever um livro sobre o país. “Nesses 12 dias – comenta Dines em outra obra, *Stefan Zweig no país do futuro – A biografia de um livro* – selou-se a sua ligação com a América do Sul. Permanecera em Buenos Aires “*exatamente o mesmo tempo, mas já estava definitivamente enfeitado pelo Brasil*”. Desconhecendo a tensão política do país, dado o regime de exceção vigente, prometera ser “*um camelô do Brasil na Europa*”. Retornando, publicara na imprensa europeia sua visão ufanista do país.

Passado cristalizado em sal amargo

Visitara a mãe em Viena no outono de 1937 e voltara a Londres. Lendo a notícia de iminente acordo entre Áustria e Alemanha, intuía que seu país seria entregue a Hitler. Retornara às pressas a Viena. Ninguém ali acreditava que o pior aconteceria ao país. Mas ele não se enganava. Resolveu se despedir: “*... naqueles dois últimos dias em Viena contemplei com um mudo e desesperado ‘nunca mais’ cada uma das ruas familiares, cada igreja, cada jardim, cada velho canto da cidade na qual nasci. Abracei minha mãe com esse segredo ‘É a última vez’. Senti tudo nessa cidade, nesse país, com aquele ‘Nunca mais!’, com a consciência de que era uma despedida para sempre.*”

Continua: “*Passei por Salzburgo, cidade onde estava a casa na qual eu trabalhara por 20 anos, sem sequer descer na parada de trens. Da janela do vagão teria podido ver minha casa na colina, com todas as recordações dos anos vividos. Mas não olhei naquela direção. Para quê? Eu nunca mais moraria ali. E no instante em que o trem rolou sobre a fronteira eu soube (...) que tudo atrás de mim eram poeira e cinzas, passado cristalizado em um sal amargo.*”

No prefácio das memórias, observa que tivera de deixar Viena “*como um criminoso antes que fosse degradada tornando-se cidade de província alemã. Minha obra literária foi reduzida a cinzas no idioma em que a escrevi [o alemão], no mesmo país onde meus livros haviam conquistado, como amigos, milhões de leitores. Por isso não pertenco mais a lugar nenhum, sou por toda parte estrangeiro, quando muito hóspede. Também perdi meu verdadeiro lar, o que meu coração escolheu, a Europa, desde que ela se dilacera pela segunda vez de maneira suicida, numa guerra entre irmãos.*”

Como era inaceitável ser cidadão de um país que queimara seus livros em praça pública, naturalizara-se britânico, deixara Londres e comprara uma casa de campo em Bath, Inglaterra. Casara-se com Lotte em 6 de setembro de 1939.

Um frasco de morfina

Em maio de 1940, diz Dines, “*está completamente dominado pelo temor da rapidez do assalto alemão e da violência nazista nos territórios ocupados*”. Caindo a França, a Inglaterra cairia. Registra no diário, então, que comprará “*um frasco de morfina*”. Pensa em deixar Bath, “*fugir para um país mais seguro*”. Em nota de 30 de maio de 1940, já cogita do Brasil.

Fora para Nova York em 19 de junho de 1940. Avisara a Koogan que viria terminar o livro prometido. O casal tinha passaporte britânico, mas não um país onde morar. Com a anexação, Friderike fora com as filhas casadas e respectivos maridos para Paris antes da chegada dos alemães. Ajudara-os a obter os vistos de trânsito para chegar a Nova York, via Lisboa.

O seu visto de entrada nos EUA era precário. Com a Inglaterra cada vez mais ameaçada, optara pela América do Sul. Assim, pela segunda vez desembarcara no Brasil, também num 21 de agosto, agora de 1940, e acompanhado de Lotte. Ficara no Hotel Paysandu, Rio. Fizera conferências no Rio e em São Paulo. De 24 a 28 de setembro de 1940, passando por Belo Horizonte, visitara Ouro Preto, Sabará, Mariana e Congonhas.

Viajara em 26 de outubro de 1940 para conferências em Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Rosário e Montevidéu, bem remuneradas e com grandes plateias. O Brasil concedera ao casal os vistos de residência permanente no país, dispensando a documentação rigorosamente exigida de milhares de outros refugiados. Entregara-os, sem alarde, no seu consulado em Buenos Aires. Voltara ao Rio, mudara-se para o Hotel Central, e obtivera logo documentos de identidade do Brasil. Colhendo subsídios para o livro, foi a Salvador, Recife e Belém. No cartão do Ano Novo de 1941, melancólico, verteria para o alemão lamentosos versos de Camões. Em 21 de janeiro de 1941, viajara a Nova York e, dali, para New Haven, Connecticut, para pesquisar na biblioteca da Universidade de Yale.

Favores da ditadura?

Em 21 de fevereiro de 1941 remetera à Editora Guanabara o manuscrito final de *Brasil, um país do futuro*. O livro saiu em agosto, sete meses antes do suicídio. Dines comenta: “*Num mundo fragmentado pela guerra [...] Zweig coloca no pedestal um país rico, pacífico e, sobretudo, livre de preconceitos raciais*”. Saíram oito edições quase simultâneas, em seis idiomas: português, inglês, francês, alemão, sueco e espanhol.

Lotte adoecera. Voltaram a Nova York, ficaram em Ossining. Zweig se reaproximara de Friderike, que morava perto. Biógrafa, tendo convivido com ele mais de 20 anos, poderia ajudá-lo a relembrar sua vida. Ao menos na aparência, era cordial sua relação com Lotte. Retomara a autobiografia, iniciada em Bath. Dá adeus aos amigos dos EUA. “*Você sabe que provavelmente não nos veremos mais*”, disse a Friderike, relata Dines. Maria José de

Manifesto na gaveta

Zweig detestava política. A maior crítica que se lhe fez foi a de não atacar corajosamente o Nazismo, escudado num pacifismo considerado ineficiente diante da perseguição aos judeus. Seu amigo Romain Roland, Nobel de Literatura (1915), conclamara-o a usar seu prestígio para combater o antisemitismo. Uma grande voz judaica precisava erguer seu grito de dor, falar pelos que não podiam falar. Somente dois anos depois redigira um manifesto e o mandara a intelectuais judeus de fala alemã, para adesão e acréscimos, mas ele não saíra da gaveta. Está publicado no póstumo *O mundo insone*.

“Zweig fez efetivamente um negócio com o governo brasileiro: em troca do livro (que desde 1936 pretendia escrever) receberia junto com a mulher um visto de residência permanente. Uma preciosidade num momento em que o governo trancava as portas aos que fugiam dos horrores do nazismo.”

Queiroz afirma que, em bilhete a Friderike, no navio de volta ao país, “*vê-se que o confrangia buscar asilo em terra distante. Era como se cometesse deserção*” (*Os males da ausência ou A literatura do exílio*).

Em 25 de agosto de 1941 chega de novo ao Rio. Vê pesada crítica a País do futuro, sobretudo no *Correio da Manhã*. Insinuava-se que o escrevera em troca de favores do governo. Ofende-se, desmente. Numa edição do livro pela L&PM, Dines diz: “*Zweig fez efetivamente um negócio com o governo brasileiro: em troca do livro (que desde 1936 pretendia escrever) receberia junto com a mulher um visto de residência permanente. Uma preciosidade num momento em que o governo trancava as portas aos que fugiam dos horrores do nazismo*”.

Uma casa na colina

Para fugir do calor do Rio, o casal pensou em Teresópolis, onde em 1940 passara duas temporadas. Koogan sugeriu Petrópolis, mais próxima. Em setembro de 1941 alugou, por seis meses, mobiliada, a apertada e úmida casa térrea, “*estilo bangalô*”, varanda aberta, na Rua Gonçalves Dias, 34, com acesso por escadaria. No meio da encosta, cercada de verde, lembrava a de Salzburgo. O nome da rua homenageia o poeta da *Canção do exílio*, seu famoso poema: “*Minha terra tem palmeiras / Onde canta o sabiá / As aves, que aqui gorjeiam, / não gorjeiam como lá*”.

O casal não gostava do português. Preferia e compreendia bem o espanhol. Era penosa a comunicação com a empregada. Achava tudo barato, irrisório o salário pago. Levava vida comum. Longe dos bosques de Viena, Zweig agora caminha pela Mata Atlântica. Segue-o o cão Plucky. Ia ao Correio, muitas vezes em vão. Na Europa, a correspondência era farta; ali, parca. Às vezes almoçava com Lotte num pequeno restaurante. Jogava xadrez com ela, reproduzindo partidas de mestres, ou com Feder.

Josué Montello registra no seu diário que ele compôs o recanto em que viveria, “*na paz e no recolhimento da pequena cidade*”, mas logo reconheceu “*que lhe faltava tudo, notadamente os amigos, os livros, a biblioteca, os papéis, o arquivo, de que necessitava para viver. As notícias da guerra, tirando-lhe a esperança do regresso ao mundo europeu, agiram certamente sobre seus nervos dilacerados, deprimindo-o, torturando-o, sem uma luz no horizonte*”.

Zweig concluiu *O mundo que eu vi* em novembro de 1941, mandando-o ao editor Bermann-Fischer, de Estocolmo. A guerra chega perto: em 16 de fevereiro de 1942 o barco brasileiro ‘Buarque’ foi afundado por submarino alemão na costa dos EUA. Segundo Dines, Feder afirmou que a decisão pelo suicídio foi tomada na quarta ou quinta-feira, 18 e 19, tanto que na sexta, 20, Zweig voltou às pressas ao Rio “*para assinar os papéis guardados no cofre da Editora Guanabara*”. Em carta do dia 18, nomeara Koogan testamenteiro de sua propriedade no Brasil.

Na última carta a Friderike, diz Maria José, reclama bastante da duração da guerra, da privação dos livros e da dificuldade de concluir a *biografia de Balzac*. “*Eu estava muito cansado para suportar tudo isso [...] Escrevo estas linhas nos últimos momentos, e você não pode imaginar como me sinto feliz desde que tomei esta decisão*”. E, em adendo à última carta de Lotte a Hanna, diz que já está com 60 anos e se tornara “*insuportável a ideia de ainda esperar alguns anos pelo fim desses tempos terríveis*”. Faria sentido se ao menos estivesse com eles a querida sobrinha, Eva Altmann, filha de Manfred e Hanna, e se Lotte recuperasse a

saúde, pois fracassou o tratamento demorado com injeção, e, assim, “*decidimos, ligados pelo amor, não abandonar um ao outro*”, firmando o pacto mortal (*Cartas da América*).

O pacto de morte

Lotte, passiva, doente, aderira ao pacto de morte, que fora duas vezes recusado por Friderike. Modelou-se a máscara mortuária de Zweig. Vargas ordenou exéquias pelo Estado. Um rabino queria sepultá-lo no cemitério judaico do Rio. Em vão: foram sepultados no cemitério de Petrópolis. “O senhor bem sabe, conta ainda Feder a Manfred, que o funeral provocou uma demonstração profundamente comovente de solidariedade em todas as camadas da sociedade petropolitana; que todas as lojas fecharam as portas durante a cerimônia; que a morte de Stefan Zweig e sua jovem esposa espalhou ondas de pesar por todo o Brasil” [...] e que milhares de artigos de jornal os celebraram (*Cartas da América*).

A casa da colina ficou durante décadas esquecida. Tinha fama de mal-assombrada, pelas almas penadas. Ganhou pavimento superior e garagem. Descaracterizou-se. Foi revitalizada. Em 2012, presidida por Dines, a *Casa Stefan Zweig* virou *Museu e Memorial do Exílio dos refugiados* no país de 1933 a 1945. Do seu acervo consta seu *Último poema*, tradução de Manuel Bandeira (em *Estrela da vida inteira*):

... *Pressentimento da morte*
Não turba, é alívio
[...] *O olhar despede mais chama*
No instante da despedida
E é na renúncia que se ama
Mais intensamente a vida.

“O funeral provocou uma demonstração profundamente comovente de solidariedade em todas as camadas da sociedade petropolitana; que todas as lojas fecharam as portas durante a cerimônia.”

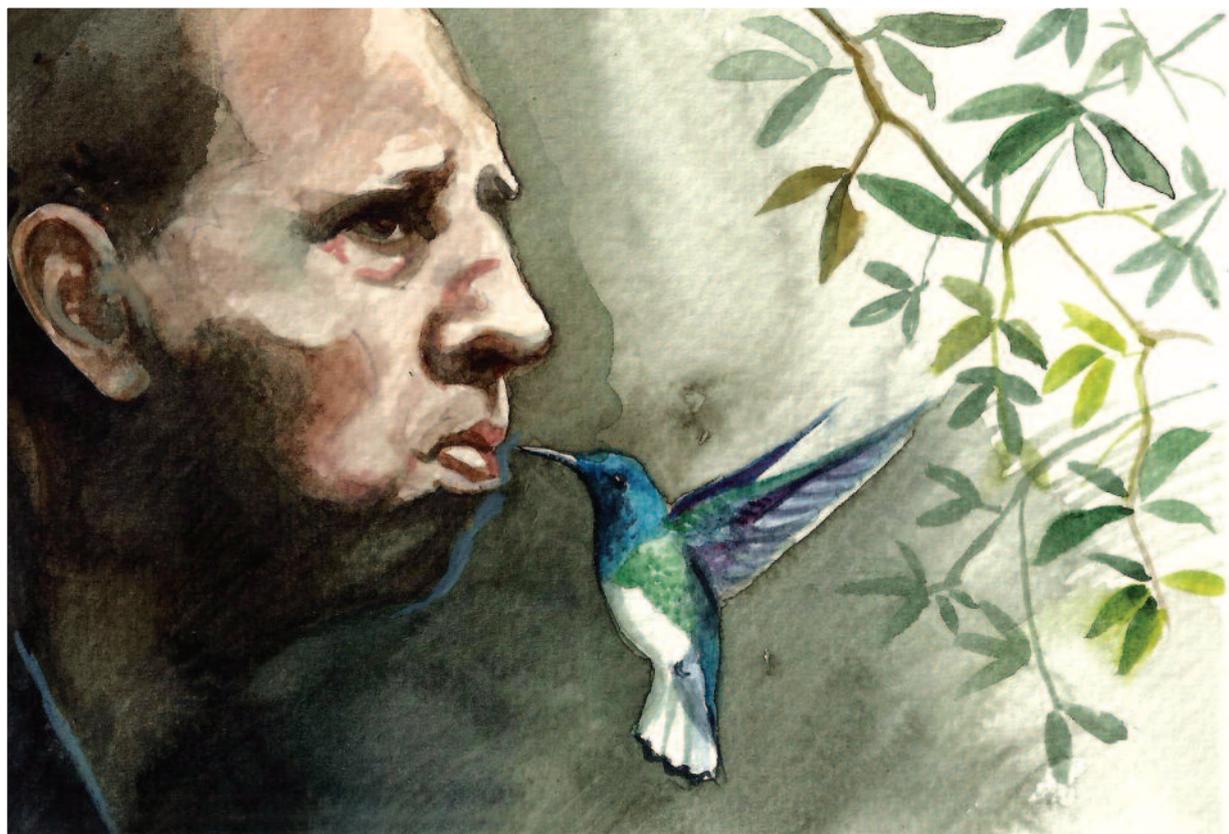
Obrasconsultadas

De Stefan Zweig:

- *O mundo que eu vi*, tradução de Lya Luft, Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 1999;
- *Medo e outras novelas*, trad. de Lya Luft, Rio de Janeiro - SP: Record, 1999;
- *Medo & outras histórias*, trad. de Lya Luft e Pedro Sussekind, Porto Alegre: L&PM, 2007;
- *Brasil, um país do futuro*, trad. de Kristina Michahelles; Porto Alegre: L&PM, 2006;
- *Autobiografia: o mundo de ontem*, 1ª ed., trad. de Kristina Michahelles, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Outras:

- *Morte no paraíso. A tragédia de Stefan Zweig*, 4ª. ed., ampl., Alberto Dines, Rio de Janeiro: Rocco, 2012;
- *Las tres vidas de Stefan Zweig*, 1ª. ed., Oliver Matuschek, trad. de Christina Sánchez, Barcelona: Papel de liar, 2009;
- *Stefan Zweig no país do futuro: A biografia de um livro*, Organização e textos: Alberto Dines [versão alemã Dennis Gerstenberger]. – Rio de Janeiro: EMC (Empresa de Marketing Cultural); Petrópolis, RJ: Casa Stefan Zweig; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- *Os males da ausência ou a literatura do exílio*, Maria José de Queiroz. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998
- *Lotte & Zweig*, Deonísio da Silva, São Paulo, Leya, 2012;
- *Diário completo*, volume II, Josué Montello, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998;
- *Estrela da vida inteira*, 4ª. ed., Manuel Bandeira, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio e Editora, 1973.



Augusto Ruschi

O centenário do pioneiro da ecologia brasileira

Luiz Carlos Biasutti

Desembargador do TJMG, aposentado

“**F**oi um patriota.”
Renato Pacheco, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

“Foi o primeiro no Brasil a viver pelo ideal do amor à natureza e não posso esquecer seus ensinamentos.”
Célio Valle, diretor dos Parques Florestais de Minas Gerais, fundador da Biodiversitas

“Foi o João Batista, precursor da Ecologia no Brasil.”
Raulino Reitz, jesuíta, biólogo, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

“Em 1891, chegou a Santa Teresa o sr. José Ruschi. Viera nesse mesmo ano, em consequência das oportunidades surgidas na Universidade de Pisa, onde concluíra o curso de técnico agrícola. Conquistara o primeiro lugar. Sua viagem era um prêmio, para que os recém-formados viessem ao Brasil, bem comissionados. Destinou-se, por isso, José Ruschi ao Paraná, a fim de instalar a colonização italiana em Palmeira, onde se desempenhou daquela missão. Existe ali uma rua com seu nome. Concluídos os trabalhos no Paraná, foi contratado para a demarcação dos lotes coloniais em Santa Teresa, no Espírito Santo, e das linhas divisórias dos municípios de Linhares, Colatina, Fundão, Boa Família (Itaguaçu) e Santa Teresa, até o ano de 1903, quando foi nomeado Coletor Federal, cargo exercido até os seus últimos dias. De acordo com as notas genealógicas dos seus antepassados, descendia de família nobre de Pisa, onde existem, ainda, alguns de seus ilustres parentes.” (Maria Stella de Novaes, *“Os Italianos...”*, págs. 42-43). Seu irmão, Francisco Ruschi, foi deputado em 1922.

José Ruschi gostou da pequena vila de Santa Teresa e dela jamais se afastou até sua morte em 1943, com 72 anos de idade. Casou-se, aos 27 anos, com Maria Stelzer Roatti, filha dos imigrantes Antônio Roatti e Teresa Stelzer Roatti, ambos de Vila Ischia, Trento, portadores de passaporte austríaco (bilíngue). José Ruschi dedicou-se, de corpo e alma, à terra de adoção. Participou ativamente da fundação da Escola “Rita Baverini”, em 1902, sem falar da responsabilidade que teve de assumir as obras da construção da Igreja Matriz, quando o bispo diocesano, Dom Fernando Monteiro, e o vigário, Frei Eugênio de Cômiso, colocaram-no como encarregado (*Livro do Tombo I*).

Nessa família laboriosa, criada nos princípios rígidos do catolicismo trentino, foram nascendo os filhos. No dia 12 de dezembro de 1915 nasce Augusto Ruschi, o oitavo, numa prole de doze. Pequeno e magrinho, recebe os primeiros ensina-

mentos em sua casa, onde sua irmã Augusta, desde jovem, despontava como excelente mestra.

Em 1923, entra no Colégio Ítalo - Brasileiro, justamente na gestão do Frei Jacinto de Pallazzollo. A amizade com este culto capuchinho irá ser marca constante em sua vida. Além dos padres capuchinhos, o corpo docente do colégio era composto por ilustres professores, como Francisco Generoso, Ernane Gilberto, Luiz Andrade, Domingos Vieira e José Pinto Coelho. As matérias curriculares eram: Português, Matemática, História do Brasil, História Sagrada, Geografia, Italiano, Francês, Comércio, Ciências Físicas e Naturais. Importante era o quinto ano, onde, além de música, era dado um curso complementar intensivo, inclusive com prática de escrituração mercantil (*Livro do Tombo I*, pág. 76 verso). Para a grande maioria de alunos, que deveria voltar para a lavoura ou comércio, sem maiores ambições, o programa era ideal. Para os que pudessem seguir o curso ginasial em Vitória, o colégio apresentava um sólido curso primário.

O despertar ecológico

Nessa época, Augusto Ruschi já manifestava sua vocação para os livros de História Natural, como era chamada a disciplina global: Antropologia, Zoologia, Botânica e Mineralogia. Como preferisse brincar com besouros e plantas, era alvo de chacotas de seus colegas. Mas participava ativamente das atividades do colégio, sendo membro da Congregação Mariana, fundada pelo Frei Domingos Rocaro de Módica, conforme consta do arquivo do Museu Seráfico de Santa Teresa.

Terminados os estudos primários, Augusto Ruschi é obrigado a deixar o convívio natal para ingressar no Ginásio Espírito Santense, em Vitória. O curso ginasial e científico, pela legislação escolar da época, era ministrado em cinco anos. O Ginásio funcionava no antigo Convento dos Franciscanos, depois Orfanato Cristo-Rei, inicialmente dirigido pelos padres alemães da Congregação do Verbo Divino, que, em pouco tempo, se retiraram para Juiz de Fora. Passou o Ginásio Espírito Santense para o governo do Estado do Espírito Santo e, à época, Augusto Ruschi tinha grandes mestres, como Monsenhor Elias Tommasi, Jones Montenegro, Thiers Vellozo, Adolfo de Oliveira, Almeida Cousin, Guilherme Santos Neves, Ceciliano Abel de Almeida, Ericson Cavalcanti, José Meira Quadros e Francisco Generoso, que já lecionara em Santa Teresa, no Colégio Ítalo-Brasileiro.

Terminado o curso em Vitória, o pesquisador, o estudioso, precocemente começa sua saga de naturalista e, contrariando o espírito da época, não abraça a medicina ou a engenharia, mas prefere cuidar de beija-flores e orquídeas. Augusto Ruschi

mesmo, em sua obra monumental *“Aves do Brasil”* (1979, pág.19), diz textualmente:

“Na década de vinte, iniciei as observações sobre beija-flores e as orquídeas do Estado do Espírito Santo e na década seguinte publicava algo sobre a fauna e a flora espírito-santense.”

Graças a sua amizade com Frei Jacinto de Pallazzollo e João Adone Reisen, entre 1933 e 1935 Augusto Ruschi frequenta, no Rio de Janeiro, simpósios e conferências sobre ciências naturais, botânica e zoologia, esquadrinhando o Museu da Quinta da Boa Vista e, principalmente, o Jardim Botânico, diuturnamente. Devora livros e mais livros sobre o mundo animal e vegetal e sua capacidade de trabalho é elogiada pelo professor Cândido Firmino Mello Leitão, seu grande incentivador.

Um acontecimento político contribuiu muito para que Augusto Ruschi tivesse grande estímulo para sua vida de naturalista. Em 6 de fevereiro de 1936 assume a Prefeitura Municipal de Santa Teresa Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi, seu irmão mais velho, que ficaria na história local como grande administrador e mais tarde secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo. Com apenas 21 anos, Augusto Ruschi é nomeado agente municipal de estatística de Santa Teresa, podendo dedicar-se integralmente à sua paixão naturalista.

Primeiras obras

Aparece o gênio. A classificação das orquídeas existentes no município de Santa Teresa é o primeiro trabalho que alcança

“Na década de vinte, iniciei as observações sobre beija-flores e as orquídeas do Estado do Espírito Santo e na década seguinte publicava algo sobre a fauna e a flora espírito-santense.”

repercussão nacional. Foi publicada em *“Município de Santa Teresa: Estatísticas, Geografia, História”*. Através de Augusto Ruschi, o município fez diversas remessas para escolas e museus, do país e do exterior, de grande número de insetos ali coligidos.

Em 1937, o professor Filippo Silvestri, grande entomologista da Universidade de Nápoles, acompanhado do professor José Pinto da Fonseca, veio a Santa Teresa e ficou encantado com o trabalho pioneiro de Augusto Ruschi. Ainda em 1937, o professor Cândido Firmino de Mello Leitão indicava o nome de Augusto Ruschi para pesquisador do Museu Nacional.

Trabalhou com afinco nos estudos e tarefas preliminares da fundação da Escola Agrotécnica de São João de Petrópolis, inaugurada em 1941, quando seu irmão Enrico era secretário da Agricultura. Percorreu o território do município palmo a palmo, confeccionando os mapas políticos e religiosos das paróquias de Santa Teresa (e posteriormente de São Roque), que ainda são exibidos nos escritórios paroquiais.

O inquieto pesquisador da natureza procurou sempre novos horizontes para seu trabalho. No começo chegou a se seduzir pela taxidermia, ou seja, a arte de embalsamar animais e aves. Seu modesto ateliê, no velho casarão de propriedade de seu pai, à Rua Coronel Vervloet, por algum tempo foi palco de experiências nesse campo. Contou com a colaboração de Antônio Paviotti, cidadão simples que possuía um dom incrível na arte de embalsamar animais. Reconheceu Augusto Ruschi que não era esse o caminho da ciência e passou a maior parte do tempo na pesquisa dos beija-flores, orquídeas e bromeliáceas, abandonando por completo a taxidermia. O âmagô de sua vocação era a vida, principalmente a vida da natureza.

O embrião do Museu

Por um golpe de sorte, as irmãs da Congregação de Nossa Senhora das Dores resolveram, em 1941, abandonar Santa Teresa, fechando o colégio que funcionava na linda chácara, propriedade da família. Transfere-se Augusto Ruschi para a chácara, dando-lhe nova estrutura e transformando-a em Estação Experimental do Museu Nacional. Era este o embrião do futuro Museu Biológico Mello Leitão. No silêncio da vegetação, Augusto Ruschi cria o seu ambiente de estudo; organiza o seu orquidário e começa a sua peregrinação pelo interior do município de Santa Teresa.

Ainda em 1941, parte para o interior de Conceição da Barra, Espírito Santo, onde permanece várias semanas no Córrego do Engano, para estudo da troquilifauna e flora orquidológica regional.

Com o reconhecimento de seu trabalho pioneiro, em 16 de março de 1942, no Teatro Carlos Gomes, em Vitória, sob o patrocínio do Governo do Estado do Espírito Santo, profere importante conferência sobre *“Fauna e Flora Capixabas”*, bens naturais a serem protegidos. Isso em plena guerra, numa época em que o mundo estava dilacerado pela violência das armas e da destruição.

Ainda em 1942 percorre a região do Baixo Guandu, Aimorés e Mutum, onde admira a grande montanha de pedra conhecida como *“Pedra da invejada”*. No ano seguinte, vai ao sul da Bahia, com estudos da fauna e da flora do interior de Ilhéus, Fazenda Pirataquiré, Morro do Chapéu e as admiráveis paisagens naturais que, 50 anos depois, seriam mostradas na novela *“Pedra sobre Pedra”*, da Rede Globo.

Em 1944 permanece várias semanas na região de Itambacuri, Minas Gerais, onde procurou a nascente do Rio São

Mateus, região de Aranã, buscando estudar as origens dos índios pochichás e seu relacionamento com os estudos sobre os selvagens da região do Rio Doce. Em companhia do Sr. Eugênio José de Souza, percorreu a cavalo uma grande região ainda coberta de vegetação natural.

Uma confissão de vida

“A Gazeta”, de Vitória, em 18 de julho de 1946, publicava na íntegra a palestra realizada na Semana Rural de Cachoeira do Itapemirim, promovida pelo Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo. É o lema de Augusto Ruschi, como uma confissão de vida: proteção total à fauna. Na conferência, Augusto Ruschi defendeu os seguintes princípios:

1 – Combate à idéia simplista de que a agricultura deve ser praticada em terrenos enriquecidos pelo humus das florestas nativas;

2 – punição maior para os incendiários e cortadores de árvores nativas;

3 – proibição de corte de árvores nobres e seculares;

4 – condenação do menosprezo pelas florestas heterogêneas e naturais, porque não possuem madeira de lei, quando acima do valor econômico está o valor intrínseco, científico e ambiental;

5 – repúdio ao erro escandaloso de taxar os terrenos cobertos de matas naturais, quando deveriam ser protegidos por lei e dignos de incentivos fiscais;

6 – obrigação de reflorestamento, tanto pelo poder público, como pelos particulares.

Em resumo: *“Tenhamos um gesto de verdadeiro patriotismo, protegendo a nossa fauna e flora, para sermos dignos desta natureza que nos cerca.”*

Já em 1948 participava da Conferência Latino Americana de Florestas e Produtos Florestais, da FAO, em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, onde sua tese “O Problema Florestal no Estado do Espírito Santo”, foi aprovada pelos participantes e comoveu os integrantes do conclave, principalmente os estrangeiros.

Fundação do Museu de Biologia

No dia 26 de junho de 1949 (observar o patriotismo, pois a data de 26 de junho é o dia de São Virgílio, padroeiro de Trento, dia da fundação oficial de Santa Teresa) foi fundado oficialmente o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, com estatutos publicados no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Santa Teresa.

“O Museu de Biologia Professor Mello Leitão possui várias seções, sendo que as de Zoologia e Botânica são as que mais se destacam, seja pela parte de suas coleções, como pela infraestrutura”. (apud Boletim Museu de Biologia M Leitão, número especial, 31.07.1976).

Ainda conseguiu nosso cientista demonstrar sua tese sobre parques nacionais, organizando a reserva florestal de Nova Lombardia, a 15 Km da cidade de Santa Teresa. Não seria ocioso

“Tenhamos um gesto
de verdadeiro
patriotismo,
protegendo a nossa
fauna e flora, para
sermos dignos desta
natureza que nos
cerca.”

lembrar que ainda cuidou da fundação de uma estação de Biologia Marinha, situada em Santa Cruz, Espírito Santo, onde procurou começar uma luta destemida pela preservação da floresta atlântica e sua vegetação marítima.

Em 1950 forma-se em Direito na Universidade Federal do Espírito Santo, *“para melhor proteger a natureza”*, como dizia.

Ainda em 1949, publica regularmente na tipografia de “A Voz do Seminário”, em Santa Teresa, o *Boletim do Museu de Biologia “Professor Mello Leitão”*, com tiragem de 500 exemplares, que são enviados para os maiores especialistas em Zoologia e Botânica do Brasil e do mundo.

Em 19 de agosto de 1953, num programa da Rádio Nacional, de grande audiência, recebe o prêmio de Honra ao Mérito, pelas suas importantes pesquisas no mundo científico. Um mês depois, recebia, em Curitiba, a Ordem da Árvore, no Primeiro Congresso Florestal Brasileiro.

Entre 1953 e 1958, percorre a Amazônia brasileira e colombiana, estudando os beija-flores. Segue para o Rio Araguaia, Goiás e Amapá, onde começa o estudo dos morcegos da região. Sua paixão pelos beija-flores faz com que retorne à Colômbia e Equador, e percorra a Cordilheira dos Andes, até o Peru. Em 1959 empreendeu uma longa peregrinação pelas regiões da Venezuela e Trinidad e Tobago, voltando à região amazônica pela Guiana, Roraima e Amapá.

O reconhecimento internacional

Seu trabalho chama a atenção de um grande estudioso norte-americano, Dr. C. H. Greenewalt, que, além de doar a casa de hóspedes do Museu, iria abrir para Augusto Ruschi as portas

“A revista internacional *National Geographic*, edição de janeiro de 1963, apresentou duas excelentes reportagens sobre a obra de Augusto Ruschi.”

dos grandes centros dos Estados Unidos. Assim, de setembro a outubro de 1960, esteve no Olympic National Park, Iosemitte National Park, Mart Ranier National Park, Big Tree National Park, além de percorrer as associações de proteção ao meio ambiente de São Francisco, Los Angeles, San Diego, Seattle, Ann Arbor, Michigan, Cornell, Ithaca, Detroit, Philadelphia e New York, e seus respectivos museus e academias.

Retornando ao Brasil, percorre novamente a região da Bahia, do Morro do Chapéu, Lençóis, onde sempre afirmava encontrar “uma natureza maravilhosa”, com pássaros diferentes.

Em 1961 visitou Santa Catarina, onde manteve amizade com Raulino Reitz, grande especialista em bromélias. Em 1962 volta ao Peru amazônico e à Venezuela, para estudo e coleção dos beija-flores.

Entre os anos de 1946 e 1959 publicou 57 trabalhos de divulgação científica, principalmente sobre seus temas preferidos: beija-flores, proteção à floresta, orquídeas e bromélias.

A revista internacional *National Geographic*, edição de janeiro de 1963, apresentou duas excelentes reportagens sobre a obra de Augusto Ruschi: “*The man who talks to hummingbirds*” (“O homem que fala com os beija-flores”), e “*Photographing hummingbirds in Brazil*” (“Fotografando beija-flores no Brasil”), sendo a primeira de Luis Marden e James Blair e a segunda de Crawford H. Greenewalt, o homem que conviveu com o nosso cientista vários anos e apresentou sua obra, hoje imprescindível, sobre os beija-flores. Nessa revista, às págs. 91- 95, está a descrição pormenorizada da técnica de Augusto Ruschi em pegar os beija-flores com varas e material viscoso. Já às págs. 96 e 97, a maneira singular que o cientista descobriu para o trans-

porte em maletas dos beija-flores vivos. A Revista Geográfica Universal, edição de junho de 1977, com texto de Hélio Carneiro, apresentou um trabalho pioneiro de Augusto Ruschi sobre a criação e reprodução de beija-flores em cativeiro.

Revoada de beija-flores em Londres

O trabalho de Augusto Ruschi chamou a atenção dos órgãos de comunicação. Por ocasião do centenário do jornalista Assis Chateaubriand, os *Diários Associados*, através de seus 16 jornais, tendo o “*Estado de Minas*” como âncora, apresentaram um suplemento especial, onde afirmam: “*Em 1956, numa época em que ecologia era um tema tão esquecido e perdido no dicionário, Assis Chateaubriand acionava todos os meios disponíveis – jornais, rádios e televisão –, para defender esta bandeira, para a indignação da chamada ‘inteligência dominante’.*”

A verdade é que Assis Chateaubriand esteve três vezes em Santa Teresa para prestigiar Augusto Ruschi e combinar as revoadas de beija-flores no Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e em Londres.

Na solenidade do Rio de Janeiro, em pleno Jardim Botânico, estava presente o presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Chateaubriand, então embaixador brasileiro na Inglaterra, também promoveu em Londres uma revoada de mais de dez mil colibris criados no Espírito Santo pelo cientista Augusto Ruschi.

A revista ‘*Seleções*’, do Reader’s Digest, em julho de 1965, exaltava a obra de Ruschi em “*O Éden de Augusto Ruschi*”. Na época, era a publicação internacional mais popular do mundo ocidental. Houve um despertar para os problemas de preservação da natureza e, lendo em “*Seleções*” o trabalho de Augusto Ruschi, o famoso artista William Holden começou a comprar vastas propriedades na África, a fim de criar reservas para a vida selvagem. O jornal “*O Estado de S. Paulo*”, em 11 de maio de 1991, caderno 2, em artigo de Ruy Castro, lembra:

“*Uma propriedade de William Holden, no Quênia, é hoje o parque nacional daquele país e foi doada por ele ao governo local. Como a ecologia ainda não estava na moda, nunca se fez justiça ao benefício prestado por William Holden neste departamento.*”

Em outubro de 1953 Augusto Ruschi estava presente em Roma, no Primeiro Congresso Internacional sobre as plantas e, em 1957, na África do Sul, participava do Primeiro Congresso Ornitológico Pan-africano. Em maio de 1969, já havia publicado 210 trabalhos de divulgação científica e realizado 46 excursões pelo Brasil e pelas Américas. Pelo decreto nº 43.088, a Presidência da República concedia-lhe a *Medalha de Mérito Dom João VI*, em 26 de julho de 1958.

O bom filho de Santa Teresa

É incrível como conseguia tempo para tudo. No fim da Segunda Guerra Mundial assumiu a Presidência da Cia. de Força e Luz de Santa Teresa, que estava completamente superada. Com a nova diretoria, procedeu-se à compra de um enorme motor diesel, que, até a chegada da empresa estatal “Escelsa”, melhorou o fornecimento da iluminação pública. Fundou a Companhia de Armazéns Gerais “Progresso”, para o comércio de

café, fazendo parte de sua diretoria Leonor Souza Almeida Loureiro, Camerino Casotti (contador) e os conselheiros Hermolau Coutinho, João Fontana Sobrinho e Antônio Carvalho Bittencourt.

Ainda no governo Jânio Quadros, Augusto Ruschi exigia a transferência de cinco reservas florestais do Espírito Santo para o patrimônio da União (crônica de Rubem Braga, publicada em “O Globo” e republicada no “A Voz do Seminário” de fevereiro de 1952).

Contribui monetariamente nas campanhas da compra de terreno para o novo campo de futebol e da tipografia de “A Voz”. Sempre solícito, lecionou na Escola Normal Teresense, proferiu aulas inaugurais e conferências na Escola Agrotécnica do Espírito Santo, na Faculdade de Direito de Vitória e na Reunião do Clero da Arquidiocese de Vitória.

Preocupado com a historiografia teresense, nas últimas décadas de sua vida dedicou-se também, de corpo e alma, à pesquisa sobre a colonização italiana no Espírito Santo. Durante meses e meses manuseou os arquivos do Patrimônio Histórico do Estado do Espírito Santo, descobrindo documentos importantes. Percorreu o município de Aracruz até encontrar os descendentes de Pietro Tabachi, documentos e fotografias do pioneiro da mais antiga empresa de imigração da história do Brasil. Assim, em 1975, o número especial do Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão apresentou uma obra muito profunda sobre a história de Santa Teresa, obrigatória para os estudiosos.

Em 26 de junho de 1979, publicava o *Número Comemorativo do XXX Aniversário do Museu de Biologia Professor Mello Leitão*, com a exposição histórica da fundação do museu, “O Eucalipto e a Ecologia”, “Histórico da Família Ruschi” e a “Participação do Museu na História do Município de Santa Teresa”.

Em 21 de junho de 1978, por todos os seus méritos, foi admitido na Academia Espírito-santense de Letras, ocupando a cadeira número 25. Do seu discurso de posse devemos destacar sua profissão de “homem da natureza”:

“A ideia de fazer o bem é imortal e eterna. E ela se concretiza através das ciências, das artes e das atividades múltiplas. Entretanto, sua efetivação não é fácil. Por vezes, elas nos enganam e as vitórias alcançadas hoje são, muitas vezes, derrotas de amanhã. Grandes são os óbices que encontra todo aquele que deseja ser defensor do patrimônio natural, porque sente a importância e o imperativo da necessidade de ser guardado sob vigilância o patrimônio genético de todas as espécies, em seu próprio “habitat”, nos diversos ecossistemas. A conscientização da humanidade para os problemas ecológicos é progressiva e virá ajustar-se à chama da vocação e ao fogo sagrado do idealismo.”

Ressalte-se bem que em suas obras escritas Augusto Ruschi sempre demonstrou um grande amor a Santa Teresa e ao Estado do Espírito Santo. Faz questão de dedicar sua obra aos avós Antônio Roatti e Teresa Stelzer Roatti, Andréia Ruschi e Augusta Ruschi, bem como a seus pais José Ruschi e Maria Roatti Ruschi, seus filhos Augusto Ruschi Filho e André Ruschi. E dedicou grande parte de suas obras aos grandes amigos, Dona Clotilde Martinelli Avancini, José da Silva Rosa Bonfim, ao sábio titular do Cartório de Paz de Santa Teresa, Leonel Soares da Silva, e a João Adone Reisen. Longe de Santa Teresa, sempre manifestou sua homenagem à professora Maria Stella de Novaes, dr. Milton Caldeira, frei Jacinto Infantino de Pallazzollo, dr. José Cândido de Mello Carvalho e professor Aloysio de Mello Leitão.

Infelizmente, não se pode negar, sofreu dissabores por causa de sua intransigência quanto aos valores da conservação

da natureza, à proteção das reservas florestais, posicionamento que não era admitido de maneira alguma pelos defensores do “falso progresso” e dos cultores do lucro rápido e predatório. Hoje, o Brasil e o mundo dão valor à sua obra, mas, de 1938 a 1960, era ouvido em silêncio e, muitas vezes, lembrado como um Dom Quixote de La Mancha, cavaleiro andante dos colibris e das orquídeas...

O encontro com grandes cientistas

O padre Raulino Reitz, então diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, permaneceu um mês em Santa Teresa. Esse jesuíta, como Augusto Ruschi, havia percorrido milhares de quilômetros em viagens de pesquisas e estudos botânicos e ecológicos. Frequentemente já haviam se encontrado em congressos científicos e visitas no interior do Brasil. Duas vezes Augusto Ruschi esteve no Herbário Barbosa Rodrigues, em Itajaí, Santa Catarina. Padre Raulino, em companhia do caçador Pedro Broseghini, saía pelas matas de Santa Teresa a fim de procurar bromélias raras, sua principal atividade científica. Raulino e Ruschi divergiam no “modus procedendi”, pois o religioso primava pela organização e método rígidos, enquanto Ruschi considerava o mundo da botânica na sua mais anárquica colocação...

Aliás, grandes talentos o visitaram e aprenderam muitas novidades no mundo da natureza. Ainda jovem estudante, o dr. Célio Murilo Valle, hoje diretor dos Parques Florestais de Minas Gerais e fundador da Biodiversitas, figura renomada no Brasil por seus estudos sobre os mono-carvoeiros, ficou quatro meses no Museu Professor Mello Leitão e, em companhia de Augusto Ruschi, passou dois dias na Reserva Florestal de Santa Lúcia. O dr. Célio Valle lembra, com entusiasmo, suas divagações com Augusto Ruschi sobre a fauna e a flora. Cientistas renomados estiveram em Santa Teresa para conhecer o trabalho de Augusto Ruschi, como o dr. Vitor Hanelblad e sra., da Suécia; o Príncipe Charles, de Luxemburgo; prof.dr. Walter Marinelli, da Universidade de Viena, Áustria; dr. Kenton C. Lint, da Zoological Society San Diego, Califórnia, Estados Unidos; prof. Aristides Pacheco Leão e sra., presidente da Academia Brasileira de Ciências e muitos outros. De 1958 a 1976 ficaram hospedados no Museu Mello Leitão 304 pessoas relacionadas com os estudos sobre a natureza (dados do *Boletim Museu de Biologia Professor Mello Leitão*, número especial, pág.84).

“Grandes talentos
o visitaram e
aprenderam muitas
novidades no mundo
da natureza.”

“Muita coisa ainda poder-se-ia escrever sobre esse grande capixaba (...). Sua luta e sua vida revolucionaram os conceitos de ‘progresso’ e de visão da natureza.”

Por ocasião do centenário da fundação de Santa Teresa, a Universidade Federal do Espírito Santo designou para presidente de honra e presidente executivo do painel comemorativo, o professor Dr. Augusto Ruschi.

Entre os trabalhos apresentados realçamos os seguintes:

- 1 – “A fauna e a Flora de Santa Teresa”, por Augusto Ruschi;
- 2 – “Imigrantes Voluntários; História de Duas Famílias”, pela prof^a Ângela de Biase Ferrari;
- 3 – “A Arqueologia em Santa Teresa”, pelo prof. Celso Perata;

O reconhecimento de grandes escritores

A intelectualidade nacional aprendeu a admirar o trabalho de Augusto Ruschi e a defendê-lo em crônicas e artigos em jornais. Carlos Drummond de Andrade, o grande poeta de nossos tempos, teceu-lhe vários elogios em suas crônicas. Rubem Braga, como bom filho do Espírito Santo, dedicou-lhe muitas páginas, visitando sua obra e, conforme uma de suas crônicas publicadas em “*O Estado de S. Paulo*”, “*fez questão de estar presente em seu enterro*”. Durante um ano a cientista e princesa Cristina Maria do Rosário de Orleans e Bragança, da família imperial, acompanhou Augusto Ruschi em várias expedições científicas pelo Amapá e interior da Bahia. Reportagem da revista “*Isto é*”, 14.03.1984, fez um levantamento da obra de Augusto Ruschi, em quatro páginas.

Após ter recebido as maiores condecorações pelos serviços prestados, em 4 de outubro de 1977 recebeu a Comenda da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (honraria dada pela

primeira vez a um brasileiro), assunto que ocupou meia página de “*O Globo*”, de 05.10.1977. A placa comemorativa traz as seguintes palavras: “*Ao paladino dos bens de Deus, Augusto Ruschi, que faz da natureza, ciência e da ciência, amor, os Capuchinhos*”. Entregou a Comenda o Provincial dos Capuchinhos, frei Antônio Zuccheto, hoje bispo diocesano do Sul da Bahia. Em seu discurso, frei Antônio comparou Ruschi a São Francisco de Assis. O diretor do Educandário São Francisco de Assis de Santa Tereza, em entusiasmado discurso, disse que Ruschi é no mundo atual o porta-bandeira de uma luta em defesa da própria sobrevivência do mundo, baseado no pensamento de São Francisco, o grande baluarte da natureza na Idade Média. Augusto Ruschi, muito comovido, lembrando que 4 de outubro é o dia de São Francisco e o Dia Nacional da Ave, por decreto federal, declarou ser “*o dia mais feliz de sua vida*”.

Uma lição para não esquecer

Muita coisa ainda poder-se-ia escrever sobre esse grande capixaba e, sem dúvida, o mais famoso dos filhos de imigrantes de Santa Teresa. Sua luta e sua vida revolucionaram os conceitos de “progresso” e de visão da natureza. Sua pregação foi de um “militante verde”, de um apaixonado pelo futuro do Espírito Santo, do Brasil e do mundo.

Não vamos insistir nos seus últimos anos de vida, quando mesmo doente e alquebrado, escreveu sua obra prima: “*As aves do Brasil*”. Importante seriam suas confidências ao seu dileto amigo frei José Cortelletti, que, em determinado período, ficava com as chaves do Museu Biológico Professor Mello Leitão, enquanto Augusto Ruschi tentava sobreviver à pertinaz doença. Tinha imaginação fértil e no caso da doença provocada pelo sopo, e a tentativa de cura pela pajelança, sentimos que era mais uma última manifestação de proteção às comunidades indígenas, às coisas simples da natureza. Foi seu desejo ser enterrado na reserva florestal de Santa Lúcia, no meio das aves e plantas. Mais de 200 pessoas acompanharam o caixão pelos dez quilômetros de trilhas na mata. Jovens e velhos acompanharam-no à última morada e faziam lembrar os 200 índios dos tempos da Capitania, que levaram o corpo do Padre Anchieta à derradeira morada, em Vitória. Frei Ramiro Francisco e frei José Cortelletti, lembrando os enterros na região do Rio Mucuri e São Mateus, no município de Itambacuri, e conforme a tradição dos índios pochichás, amarraram o caixão do protetor da natureza num grande varal, para a locomoção através das trilhas. Era o fim: quinta-feira, 5 de junho de 1986, justamente no Dia do Meio Ambiente. Impressionante a reportagem de Rogério Medeiros e as fotografias publicadas em *Manchete*, nº 1.783, de 21 de junho de 1986. Na reserva florestal, como seu mais ilustre e combativo paladino, ficava o corpo daquele que, durante 50 anos, só, lutara pela santa mãe: a Terra. Affonso Romano de Sant’Anna escreveu na época a mais profunda crônica sobre o pensamento de Augusto Ruschi. O futuro fará justiça ao nosso herói, precursor mundial da Ecologia.

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINALS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicos.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo *site* e demais veículos de comunicação da Amagis.



Ciente de seu papel social, a AMAGIS também se preocupa com a preservação do meio ambiente: esta revista foi impressa em papel reciclado (70% pré-consumo, 30% pós-consumo) com certificação florestal, atestando que foi produzido de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, razão pela qual ostentamos o selo verde FSC.



Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro
Belo Horizonte . MG
CEP 30310-160
Tel.: 31 3079-3453
magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

Apoio Cultural



A Melhor Energia do Brasil.



ISSN 1984508-1



9 771984 508004